



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

EDITAL Nº 08/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021

PROCESSO Nº IPJ.00316/2021

Jundiaí, 10 de setembro de 2021.

O Instituto de Previdência do Município de Jundiaí - IPREJUN comunica que fará realizar no endereço de sua sede, situada à Avenida Doroty Nano Martinasso, nº 100 – Vila Bandeirantes, em Jundiaí, Estado de São Paulo, no próximo **dia 23 de setembro de 2021**, às **14:00 horas**, sessão pública para recebimento das propostas referentes ao Pregão Presencial nº 06/2021, conduzida pela Pregoeira e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 207 de 02 de dezembro de 2020, para prestação de serviços de jardinagem, visando a conservação, manutenção e tratamento fitossanitário das áreas verdes e jardins externos da sede do IPREJUN, incluindo fornecimento de mão de obra, materiais de consumo, insumos, equipamentos e maquinários necessários e adequados para execução dos serviços.

Esta licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, por este Pregão Presencial, seus elementos constitutivos e demais textos legais cabíveis.

1 MODALIDADE E OBJETO

1.1 A licitação será realizada na modalidade pregão presencial, tipo menor preço, tendo como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de jardinagem, visando a conservação, manutenção e tratamento fitossanitário das áreas verdes e jardins externos da sede do IPREJUN, incluindo fornecimento de mão de obra, materiais de consumo, insumos, equipamentos e



maquinários necessários e adequados para execução dos serviços, conforme especificações técnicas mínimas descritas no **Anexos I**, parte integrante deste Edital.

1.2 O valor total estimado deste certame é de R\$ R\$ 90.600,00 (Noventa mil e seiscentos reais), para o período de 12 (doze meses).

1.3 O pagamento decorrente do fornecimento do objeto deste contrato correrá por conta da dotação orçamentária nº 50.01.09.122.0190.8006.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, conforme verba dotada no orçamento da CONTRATANTE.

1.4 O interessado em participar poderá realizar visita técnica, facultativamente, até o penúltimo dia útil anterior à sessão do pregão, devendo agendar a visita com antecedência através dos telefones 11 3109-0570 ou 3109-0574, sendo que será fornecida declaração de comparecimento pelo IPREJUN.

1.4.1. A eventual contratada não poderá alegar qualquer desconhecimento técnico relativo ao local em que serão executados os serviços ou demais condições necessárias à elaboração da proposta comercial.

2 DA PARTICIPAÇÃO

2.1 O presente certame destina-se às empresas que atuem no ramo pertinente ao objeto licitado, e que preencherem as condições de credenciamento.

2.1.1. Não será permitida a participação de pessoas físicas ou jurídicas reunidas em consórcio, sociedade corporativa, empresas em regime de falência, dissolução ou liquidação, e ainda daquelas que estejam cumprindo suspensão temporária ou tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública.

2.2. A Pregoeira poderá, antes do início da fase de lances, ou antes da análise de aceitabilidade de preços, solicitar à Diretoria do Departamento de Planejamento, Gestão e Finanças a verificação de exequibilidade de preço ofertado por licitante, mediante análise da respectiva planilha de custos e formação de preços, podendo ser suspensa a sessão, se necessário.



2.2.1. Se o caso, a Pregoeira poderá solicitar a readequação da planilha de custos ou que a licitante demonstre a exequibilidade da proposta.

2.2.2. Conforme o momento em que ocorrer a análise, o preço que não tenha sua exequibilidade comprovada será desclassificado, nos termos do item 8.1.'c', ou será considerado inaceitável, nos termos do item 8.10.1.'b'.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O representante do proponente deverá se apresentar à Pregoeira para credenciamento, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, respondendo por sua representada, devendo ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se, exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com fotografia, conforme especificado a seguir:

3.1.1. Tratando-se de representante legal, o Estatuto, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, destacando-os no texto para facilitar a identificação pela Pregoeira e sua Equipe;

3.1.2. Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e todos os atos pertinentes ao certame, acompanhado do Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, que comprove os poderes do mandante para a outorga, destacando-os no texto para facilitar a identificação pela Pregoeira e sua Equipe.

3.1.3. Declaração de ciência e cumprimento de todos os requisitos de habilitação que constam deste edital, conforme modelo presente no **Anexo III**.

3.1.4. Declaração de inexistência de impedimento legal contra a licitante, conforme modelo presente no **Anexo IV**.

3.1.5. Declaração de elaboração independente de proposta, conforme **Anexo V**.



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

3.1.6. Declaração de enquadramento de ME ou EPP para exercício do direito de preferência, sob as penas da lei, devidamente assinada pelo responsável legal da empresa, ou pelo contador, ou em conjunto, demonstrando que se constitui, atualmente, em ME ou EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, conforme modelo contido no **Anexo VI**.

3.1.6.1 A falta da declaração de enquadramento, citada nesse item, devidamente assinada pelo representante legal ou contador, não impedirá o credenciamento da licitante, porém não usufruirá as vantagens legais.

3.2. Será admitido somente 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

3.3. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa da Pregoeira.

3.4. No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a Sessão de Processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, através da análise da documentação acima especificada, que deverá ser apresentada fora dos envelopes.

4 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1. Os envelopes “1 - PROPOSTA DE PREÇO” e “2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” deverão ser apresentados fechados, lacrados, com a identificação da licitante e endereçados da seguinte forma:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2021

RAZÃO SOCIAL / FIRMA / DENOMINAÇÃO DA LICITANTE

ENVELOPE 1 - PROPOSTA DE PREÇO



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2021

RAZÃO SOCIAL / FIRMA / DENOMINAÇÃO DA LICITANTE

ENVELOPE 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.2. O prazo máximo para protocolo dos envelopes com as propostas será às **14:00 horas do dia 23 de Setembro de 2021**, sendo que, após este horário, não será admitido o protocolo de envelopes para a participação de qualquer licitante.

4.3. As propostas deverão ser apresentadas impressas em uma via, em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos que possam comprometer sua interpretação, datadas e assinadas pelo representante legal ou procurador, juntando-se procuração.

4.4. Todos os documentos apresentados deverão ser originais ou cópia autenticada (vide art. 32 da Lei 8.666/93), devendo a cópia estar autenticada antes de ser contida no envelope de habilitação, não sendo aceito que a licitante solicite durante a sessão pública ou posteriormente, a conferência das cópias e respectivos originais.

4.5. Para os documentos disponibilizados via *internet* e cuja autenticidade deverá ser verificada através de consulta ao site correspondente, serão aceitas cópias simples.

4.6. Encerrada a etapa de credenciamento e recebidos os envelopes, a Pregoeira procederá abertura dos envelopes contendo a PROPOSTA DE PREÇO.

5 - DO ENVELOPE 1 - PROPOSTA DE PREÇO

5.1. A proposta de preço deverá conter, necessariamente, os seguintes dados:



- a) Nome da licitante, endereço, CNPJ, inscrição estadual e municipal, número do processo licitatório e do pregão;
- b) Descrição clara e sucinta do objeto da licitação em conformidade com as especificações técnicas constantes do **Anexo I** deste Edital bem como as demais exigências correlacionadas nos referidos anexos;
- c) Preço global ofertado para a execução completa dos serviços no período de 12 meses, em moeda nacional corrente, com duas casas decimais após a vírgula, sem previsão de reajuste ou qualquer encargo financeiro, considerando todas as condições previstas no presente edital;
- d) Apresentar planilha de composição de custos conforme especificações que constam do **Anexo IX** para fins de detalhamento do valor global proposto e aferição da exequibilidade, a qual será avaliada com os documentos de habilitação caso a licitante seja vencedora da etapa de lances;
- e) Declaração de que estão incluídas no preço proposto todas as despesas tais como: impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias para a execução dos serviços relativos ao objeto em questão;
- f) Constar prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias da data da sessão;
- g) A proposta deve estar assinada pela licitante ou seu representante legal, bem como constar o nome legível do assinante, conforme modelo sugerido no **Anexo VIII**.

5.2. A planilha de composição de custos (**Anexo IX**) deverá:

- a) Vir acompanhada de cópia da convenção coletiva que determinou o piso salarial e benefícios da categoria;
- b) Considerar os custos referentes ao jardineiro substituto na tabela de “Custo de Reposição do Profissional Ausente”;
- c) Considerar, no mínimo, o preço da passagem de ônibus vigente no Município de Jundiaí como custo do auxílio-transporte;



d) Considerar todos os benefícios inclusos na convenção da categoria que acompanha a proposta de preços, além dos demais benefícios e encargos legais;

e) Cópias de documentos fiscais ou referências de preços de mercado referentes aos custos de aquisição de uniformes, EPI's, equipamentos e materiais de consumo informados na planilha de custos, e que demonstrem que esses custos estejam coerentes com os preços de mercado.

5.3 Caso a proposta de preços esteja em desacordo com as especificações do Edital, mas com irregularidades/vícios sanáveis, ou seja, casos de erros formais, poderão, a critério da Pregoeira, ser readequadas/sanadas, após o momento da abertura dos invólucros, desde que não sejam alterados quaisquer valores unitários propostos, com o intuito de ampliar a disputa.

5.4 A Pregoeira efetuará a análise da aceitabilidade da proposta que apresentar o menor preço, verificando se os serviços cotados estão adequados às especificações contidas neste Edital.

5.4.1 Se incorreta a proposta, esta será desclassificada e se passará à análise da proposta seguinte.

6 - DO ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. O envelope de documentos de habilitação deverá conter os seguintes documentos:

6.1.1. Quanto à habilitação jurídica:

a) Certidão de registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais (contrato e última alteração) e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores expedido pela Junta Comercial;

c) Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



d) Os documentos constantes nas alíneas “a”, “b” e “c” acima não precisarão constar do envelope 2 quando apresentados no credenciamento.

6.1.2. Quanto à regularidade fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, do Ministério da Fazenda;

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda, através da Unidade Administrativa da sede da licitante (Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado);

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal através de certidão negativa de débitos referentes a tributos mobiliários e imobiliários, expedido pela Secretaria Municipal da Fazenda ou Finanças da sede da licitante. Caso seja considerado isento de tributos municipais, deverá comprovar tal situação, mediante apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede da mesma;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com validade na data de apresentação da proposta;

g) Considerando o disposto no artigo 195, §3º, da Constituição Federal e no artigo 2º da Lei Federal nº 9012/95, obrigar-se-á a licitante, caso declarada vencedora, mediante solicitação por parte do IPREJUN, a atualizar a Certidão Negativa de Débitos (CND) e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) ou o documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, que deverão estar em plena validade no ato da adjudicação, caso as certidões apresentadas na fase de habilitação tenham sua validade expirada;



6.1.2.1. Havendo restrição quanto a regularidade fiscal da microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP, em conformidade com a legislação que rege a matéria, fica concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pela Pregoeira.

6.1.2.2. A prova da condição de Microempresa ou empresa de pequeno porte compete ao licitante. A não regularização fiscal ou sua comprovação, conforme previsto no subitem anterior, implica na decadência do direito a contratação, com aplicação das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar nos termos dispostos no art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 10.520/06.

6.1.2.3. As empresas enquadradas na condição do item anterior deverão apresentar Declaração, sob as penas da lei, conforme previsto no item 3.1.6 acima, assinada pelo responsável legal da empresa ou pelo contador, demonstrando que se constitui em ME ou EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.

6.1.3. Quanto à qualificação econômico-financeira:

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial ou de Execução Patrimonial expedida pelos Cartórios Distribuidores da sede da Licitante, com validade na data de apresentação da proposta.

a.1) Sendo a certidão positiva, será exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor.

6.1.4. Quanto à regularidade trabalhista:

a) Declaração de regularidade em observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no **Anexo VII**.

b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT), nos termos do Título VII - A da CLT (art. 642 - A) c.c art. 29, V, da Lei Federal nº 8.666/93.



6.1.5. Quanto à qualificação técnica:

a) Atestado(s) técnico(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante executado ou estar executando, a contento, serviços de natureza similar e compatível ao desta licitação, conforme descritivo contido no **Anexo I**, admitindo-se o somatório de atestados que representem a quantidade (pessoal x área) de 50% dos serviços ora propostos (súmula 24, do TCE/SP).

b) A empresa deverá comprovar que conta com Engenheiro Agrônomo para atender as demandas do trabalho, acompanhar rigorosamente as atividades e serviços prestados e a elaboração de cronogramas e relatórios, além de fornecer, quando necessário, laudos técnicos e toda a orientação necessária dos produtos químicos a serem utilizados, podendo a comprovação de vínculo profissional se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

6.2 As certidões deverão estar com a data de validade em vigor e, não havendo data de validade, será aceito documento emitido até 90 (noventa) dias da data de apresentação do mesmo, exceto para atestados ou declarações de capacidade técnica.

6.3. Os documentos do ENVELOPE Nº 02 deverão ser apresentados no original, ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial, podendo a pregoeira, ainda, solicitar a exibição dos originais para conferência de qualquer documento. Não serão efetuadas autenticações durante a sessão pública, salvo exceções autorizadas pela pregoeira, consideradas de rápida solução.

6.3.1. No caso de autenticação de documentos pela Equipe de Apoio, as licitantes deverão apresentar os documentos para o citado fim até 2 (dois) dias úteis antes da data para a realização da sessão pública, no mesmo local e horário definidos no preâmbulo deste edital.



6.3.2. O horário para autenticação dos documentos pela Equipe de Apoio, nos termos do artigo 32, da Lei Federal 8.666/93, quando necessário, será das 09:00 às 15:00 horas diariamente, até 02 (dois) dias úteis antes da realização da sessão pública.

7 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

7.1. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do contrato, salvo quanto à manutenção do porte da empresa (Lei Complementar nº 123/2006).

7.2 Quando a vencedora da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior, ou quando, injustificadamente recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos de habilitação e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

7.3. Não será permitida a participação de pessoas físicas ou jurídicas reunidas em consórcio e ainda daquelas que estejam cumprindo suspensão temporária ou tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública.

7.4. Serão inabilitadas as empresas que apresentarem em desacordo os documentos necessários à habilitação, bem como as empresas que estiverem sob processo de falência ou concordata e recuperação judicial e extrajudicial e não apresentarem o plano de recuperação homologado e, ainda, que estiverem cumprindo as penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

7.5. Se a documentação para habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, a Pregoeira considerará o licitante inabilitado, exceto quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte que terão até cinco dias



úteis para demonstrar tal regularidade, nos termos do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

7.6. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no Edital e seus Anexos.

8 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

8.1. A análise das propostas pela Pregoeira visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixadas no Edital;
- b) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

8.2. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos critérios abaixo:

- a) Seleção da proposta com **menor valor global** a ser pago pelo IPREJUN, e das propostas que tiverem valores globais em até 10% (dez por cento) superiores àquela
- b) Não existindo no mínimo três propostas na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de três. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

8.3. A Pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, iniciando por aquele que apresentou maior preço seguido dos demais em ordem decrescente de valor, decidindo por meio de sorteio caso haja empate de preços.

8.3.1. A primeira licitante sorteada figurará em primeiro lugar na ordenação de lances e assim, sucessivamente, até a definição completa da ordem de lances.



8.3.2. Havendo uma única proponente ou tão somente uma proposta válida, a Pregoeira poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do pregão, inclusive para melhor avaliação das regras editalícias, das limitações de mercado, envolvendo quaisquer outros aspectos pertinentes e o próprio preço cotado, ou pela repetição do pregão ou, ainda dar prosseguimento ao Pregão, hipótese que obrigatoriamente deverá decidir motivadamente pela negociação, condicionado, em todas as hipóteses, à inexistência de prejuízos ao órgão licitante.

8.3.3. Após o encerramento da etapa competitiva, havendo propostas ou lances, conforme o caso, de microempresa ou empresa de pequeno porte, com intervalo de até 5% (cinco por cento) superior à licitante originalmente melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito a preferência pela ordem de classificação, nos termos do art. 44, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, para oferecer proposta.

8.3.4. Não sendo exercido o direito de preferência com apresentação de proposta/lance inferior pela microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o caso, no prazo de 05 (cinco) minutos após o encerramento de lances a contar da convocação da Pregoeira, ocorrerá preclusão e a contratação da proposta originalmente mais bem classificada, ou revogação do certame.

8.3.5. O instituto da preferência da contratação no exame das propostas previsto no presente edital, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme artigo 45, §2º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

8.4. A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão da licitante dessa etapa, mantendo-se o último preço apresentado para fins de classificação das propostas.

8.5. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes do item 14 deste Edital.

8.6. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances, de R\$ 100,00 (cem reais), aplicável, inclusive, em relação ao primeiro.



8.7. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8.8. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

8.9. A Pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor ou única oferta existente com vistas à redução do preço.

8.10. Após a negociação, se houver, a Pregoeira examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.10.1. O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com os preços praticados no mercado, inclusive pela média estimativa advinda da pesquisa de preços realizada pelo IPREJUN, coerentes com a aquisição do objeto ora licitado.

8.10.2. A Pregoeira poderá, a qualquer momento, solicitar às licitantes os esclarecimentos julgados necessários.

8.11. Considerada aceitável a oferta de menor preço global obtida após o encerramento da etapa de lances, será aberto o envelope contendo os documentos para habilitação de seu autor.

8.11.1. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do pregão, até a decisão final sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a) substituição e apresentação de documentos se disponíveis no momento; ou
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informação.

8.11.2. A verificação será certificada pela Pregoeira, devendo ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.11.3. A eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos para fins de verificação da validade dos documentos emitidos eletronicamente, mencionados



neste Edital, os quais serão verificados até o final do expediente e, não obtido qualquer resultado, ensejará a suspensão da sessão do pregão, a qual deverá ter nova data agendada para a retomada dos trabalhos.

8.12 Constatado o atendimento dos requisitos para habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame

8.13. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições para habilitação e assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável, cujo autor atenda aos requisitos para habilitação, caso em que será declarado vencedor.

9 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Até o penúltimo dia útil anterior à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

9.2. Não será admitida a impugnação do edital ou pedidos de esclarecimentos por intermédio de fac-símile ou via e-mail, exceto pedidos de esclarecimentos, que poderão ser encaminhados via e-mail protocolo@iprejun.sp.gov.br. com a petição em forma de anexo.

9.3. A solicitação de esclarecimentos, providências ou impugnação do ato convocatório do Pregão será dirigida à Pregoeira, por petição escrita, que decidirá no prazo de 01 (um) dia útil, após o protocolo da petição.

9.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

9.5. A íntegra dos esclarecimentos elaborados a partir dos questionamentos e outras informações pertinentes serão tornadas públicas no seguinte site: IPREJUN.sp.gov.br – no link licitações, sendo de responsabilidade dos interessados acompanhar **todas as publicações**.



10 - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Os recursos só poderão ser interpostos no final da sessão pública, com registro em ata da síntese de suas razões, podendo os interessados fundamentá-lo por escrito, no prazo de 03 (três) dias corridos.

10.2. O licitante que optar pelo protocolo de razões ou contrarrazões de recurso via e-mail deverá obrigatoriamente enviá-las até as 18 horas do último dia do prazo, nos termos deste edital, exclusivamente para o endereço protocolo@iprejun.sp.gov.br, não sendo admitido o recebimento por qualquer outro endereço.

10.2.1. Verificada a situação prevista no item anterior, ficam as demais licitantes desde logo intimadas a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pela Pregoeira à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

10.3. Interposto o recurso, a Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

10.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Setor de Licitações – Diretoria do Departamento de Planejamento, Gestão e Finanças, cujo endereço consta do preâmbulo deste Edital.



11 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DO PAGAMENTO

11.1. Após a emissão do Termo de Homologação, a licitante vencedora será notificada para assinar o Contrato – **Anexo II**, observado o prazo de até 3 (três) dias corridos para essa finalidade. O não comparecimento no prazo caracteriza a recusa injustificada do adjudicatário, o que levará à convocação das licitantes remanescentes, em ordem de classificação, para assinatura do contrato nas mesmas condições do primeiro colocado. Além da licitante ser penalizada conforme previsto por este Edital e pela Lei de Licitações.

11.2 A partir da data de assinatura do contrato a Contratada deverá estar apta ao início dos trabalhos no prazo de 3 (três) dias úteis contados a partir da assinatura do contrato, sob pena de aplicação das penalidades dispostas nesse Edital bem como das penalidades legais cabíveis. O início dos serviços ocorrerá após a Emissão da Ordem de Início de Prestação de Serviços pela Contratante.

11.3. Somente em circunstâncias excepcionais, devidamente justificado e aceito pelo IPREJUN, poderá ser prorrogado o prazo de implantação total do objeto e utilização dos serviços, referente item 11.2.

11.4 O pagamento será efetuado à Contratada mensalmente, no máximo até 10 (dez) dias a partir da entrega da Nota Fiscal, sendo suspenso caso sejam constatadas quaisquer irregularidades.

11.5 A critério exclusivo da CONTRATANTE as quantidades especificadas poderão ser acrescidas ou reduzidas, observando-se o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

11.6 A vigência da contratação será de 12 (doze) meses a contar do início da prestação de serviços, podendo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE, por iguais períodos, sucessivamente, até o prazo de 60 (sessenta) meses, tudo em conformidade com o Art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11.7 A CONTRATANTE exercerá a fiscalização sobre os serviços contratados, através da Diretoria do Departamento de Planejamento, Gestão e Finanças, o



que não reduzirá nem excluirá a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros.

11.7.1 Nos termos do artigo 67, da Lei Federal nº 8666/93, fica designado o servidor Sérgio José da Silva, exercente do cargo de assistente de administração, como encarregado da gestão do presente contrato, que será substituído pela servidora Vivian Cristina Benite Campos, exercente do cargo de assistente de administração, em caso de impedimento do primeiro.

12 - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO

12.1. A licitante total ou parcialmente inadimplente estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 combinada com o art. 7º da Lei 10.520/2002, a saber:

a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o fornecimento ou execução contratual;

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado na providência necessária e 1% por dia após o 30º dia de atraso acumulada com as multas cominatórias abaixo:

b.1) multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);

b.2) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para o ente público contratante;

c) suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a entidade licitante, por prazo não superior a 2 (dois) anos, entre outras, nas hipóteses:

c.1) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

c.2) ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;



- c.3) não mantiver a proposta;
- c.4) falhar gravemente na execução do contrato;
- c.5) na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 2 (dois) anos e, no máximo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, entre outros comportamentos e em especial quando:
 - d.1) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
 - d.2) comportar-se de modo inidôneo;
 - d.3) cometer fraude fiscal;
 - d.4) fraudar na execução do contrato.

12.2. Independentemente das sanções retro, a licitante ficará sujeita, ainda, à composição de perdas e danos causados ao IPREJUN e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação feita no mercado, na hipótese de as demais classificadas não aceitarem a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.

12.3. Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, vinculam as partes para todos os fins legais e de direito.

13.2. A apresentação de propostas pelas licitantes indica que possuem pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital e seus Anexos, bem como de todas as condições gerais e peculiaridades da aquisição, objeto desta



licitação, sendo vedado invocar, posteriormente, qualquer desconhecimento quanto aos mesmos.

13.3. É facultado à pregoeira ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar ou ter sido providenciada no ato da sessão pública, pelas licitantes.

13.4. Esta licitação será anulada se ocorrer ilegalidade no seu processamento ou julgamento, podendo ser revogada, a juízo exclusivo do IPREJUN, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao serviço público, sem que caiba direito a qualquer indenização.

13.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o IPREJUN não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.6. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.7. Não havendo expediente no IPREJUN ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

13.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

13.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão.

13.10. O Edital encontra-se disponível no site IPREJUN.sp.gov.br e, também, poderá ser retirado em cópia impressa no IPREJUN.



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

13.11. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

13.12. A adjudicação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

13.13. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes das Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02.

13.14. Para dirimir as questões oriundas do presente Edital, não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro da Comarca de Jundiaí - Estado de São Paulo, por mais privilegiado que outro seja.

13.15. Os envelopes contendo os documentos de habilitação que não forem abertos ficarão à disposição para retirada pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, no Setor de Licitações do IPREJUN, após a assinatura pela licitante vencedora da contratação. Após o prazo estipulado e sem a retirada pelo interessado os documentos serão fragmentados.

JOÃO CARLOS FIGUEIREDO

Diretor Presidente



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

ANEXO I - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021

PROCESSO Nº IPJ.00316/2021

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços terceirizados de jardinagem, visando a conservação, manutenção e tratamento fitossanitário das áreas verdes e jardins externos da sede do IPREJUN, incluindo fornecimento de mão de obra, materiais de consumo, insumos, equipamentos e maquinários necessários e adequados para execução dos serviços.

1.1 Os serviços a serem executados deverão ser adequados ao paisagismo já implantado, conforme Memorial Descritivo constante do Anexo X e Projetos constantes do Anexo XI.

1.2 No prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, a empresa contratada deverá fornecer laudo técnico, assinado por profissional responsável, informando a compatibilidade do paisagismo existente em relação aos documentos informados no item 1.1.

1.3 Durante a vigência do contrato, deverá ser comunicado à contratante a eventual necessidade de plantas e mudas para adequação do paisagismo ao projeto, e justificada a eventual necessidade de substituição e espécies, para que seja providenciada a aquisição das mesmas.

2. LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Av. Doroty Nano Martinasso, nº 100 – Vila Bandeirantes – Jundiaí/SP, em todas as áreas externas, incluindo a cobertura verde e a praça adjacente, totalizando a metragem de 1.240 m².

3. COMPOSIÇÃO DA EQUIPE QUE PRESTARÁ SERVIÇOS NO LOCAL

Para a prestação de serviços, a Contratada utilizará, sob sua inteira responsabilidade, de acordo com as normas que regem a atividade, um jardineiro, devidamente treinado em NR35, uniformizado e qualificado.



A Contratada ficará responsável por indicar prestadores de serviços substitutos, nas ocorrências de faltas, ausências ou impedimentos dos funcionários designados para o local, nos termos do item 7.

4. HORÁRIO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

De segunda a sexta-feira, de forma que seja cumprida a jornada de 44 horas semanais, respeitando a convenção coletiva da categoria e a jornada prevista em lei.

4.1 Em caso de eventual recesso ou ponto facultativo, quando não houver expediente e a Contratante opte pela não realização dos serviços da Contratada, poderá ser solicitada compensação em dia normal ou no sábado.

5. FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1 Os serviços deverão ser executados pela Contratada na frequência necessária para que as plantas se mantenham saudáveis, conforme as especificações neste Termo de Referência, podendo vir a ser acrescentadas outras atribuições, mediante novas necessidades que estejam relacionadas aos serviços ora contratados.

5.2 Funções do jardineiro: Irrigação diária; Ordenação geral das áreas através do corte e roçagem do gramado, do relvado, dos canteiros e delimitação dos contornos necessários nas áreas que tenham forração; Tratamento diferenciado em áreas que se encontrem em processo avançado de infestação por pragas e/ou ervas daninhas; Aplicação de substrato para compor a adubação química/mineral e orgânica das espécies vegetais ornamentais; Aeração do solo nos canteiros e coroas de árvores e ornamentais; Poda corretiva e de formação/condução das espécies vegetais ornamentais; - Limpeza dos jardins, calçadas e áreas permeáveis, com uso de soprador; - Acondicionamento dos resíduos e outros provenientes dos serviços de jardinagem de manutenção, armazenando-os em sacos de lixo; Plantio de novas mudas e plantas; Tratamento fitossanitário das áreas verdes e jardins para combate e erradicação de pragas e parasitas (formigas cortadeiras, cupins, fungos, lagartas etc.).



5.3 Perfil desejado: ser alfabetizado; ser zeloso ao uso do uniforme; ser discreto e comedido no trato com pessoas; ser assíduo e pontual.

5.4 A contratada ficará responsável pela idoneidade de seus funcionários. A Contratante se reserva o direito de proceder ao levantamento e/ou confirmação de informações pertinentes à idoneidade de qualquer um dos empregados que venham a ser indicados para a prestação dos serviços.

5.5 O Departamento de Planejamento, Gestão e Finanças poderá solicitar a substituição imediata do funcionário cuja atuação, permanência ou comportamento, sejam julgados prejudiciais, inconvenientes, insatisfatórios à disciplina ou ao interesse do serviço público, ou ainda, incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas, hipótese em que a contratada deverá fazer a substituição imediata do funcionário.

5.6 A empresa Contratada deverá contar com um gestor em seu quadro próprio de pessoal, que a represente com exclusividade na execução do contrato perante a Contratante, para que responda diretamente por todo o serviço contratado. O gestor, o qual deverá portar celular da empresa de forma a possibilitar sua rápida localização em casos de emergência, deverá realizar visitas frequentes às dependências da Contratante, a fim de garantir a qualidade dos serviços prestados, a integralidade do quantitativo da equipe operacional e a verificação de equipamentos de segurança.

5.7 O gestor deverá apresentar perfil de supervisor e preposto, devendo ser devidamente qualificado, possuir amplo conhecimento dos serviços a serem desempenhados, ter autonomia para a tomada de decisões rápidas, e estar apto para disponibilizar equipe de emergência com condução, se o caso, para atender as demandas apresentadas pela Contratante.

5.8 A empresa deverá contar com Engenheiro Agrônomo para atender as demandas do trabalho, acompanhar rigorosamente as atividades e serviços prestados e a elaboração de cronogramas e relatórios, além de fornecer, quando



necessário, laudos técnicos e toda a orientação necessária dos produtos químicos a serem utilizados.

6. DOS DOCUMENTOS PARA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE MENSAL

6.1 A empresa deverá apresentar formalmente à Contratante, antes do início das atividades, a qualquer tempo, quando houver qualquer alteração, sempre que expirada sua validade ou que julgar conveniente, para fins de fiscalização e identificação, cópia da seguinte documentação:

- a) relação dos empregados que prestarão os serviços, com a indicação de suas funções, bem como dos substitutos, acompanhada dos respectivos crachás de identificação, para respectivo cadastramento junto ao sistema de acesso;
- b) comprovação da escolaridade de cada empregado, bem como dos substitutos;
- c) indicação, assinada pelo representante legal da empresa, do funcionário de RH da Contratada, responsável pelo controle dos funcionários que prestarão serviço nas dependências da Contratante na primeira medição e sempre que houver alteração;
- d) documentos pessoais dos empregados, inclusive dos substitutos;
- e) atestado de saúde ocupacional – ASO, inclusive dos substitutos;
- f) exame médico periódico, se o caso;
- g) CTPS com o respectivo registro de cada funcionário, inclusive dos substitutos;
- h) ficha de registro dos empregados e substitutos;
- i) atestado de antecedentes criminais dos funcionários e substitutos;
- j) PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- k) comprovante de entrega dos uniformes e EPI's necessários, apontados junto ao PPRA;
- o) PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- p) PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário;
- l) LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho;
- m) declaração de opção de vale-transporte e comprovante de recarga prévia deste benefício;
- n) comprovante de endereço de cada funcionário, inclusive substitutos;
- o) cópia dos contratos dos empregados e substitutos;
- p) cópia da relação de seguro de vida vigente;



- q) comprovação e declaração de que o salário dos funcionários está em conformidade com o piso da categoria;
- r) cópia da convenção coletiva da categoria;
- s) indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO;
- t) declaração assinada pelo representante legal da empresa, sob as penas da lei, na qual conste o cumprimento da reserva de cargos, no percentual de 20% do total de empregados.

6.2. Por ocasião do desligamento, qualquer que seja o motivo, ou de transferência do profissional que estiver prestando o serviço, dependendo da situação, a empresa deverá encaminhar:

- a) cópia do exame médico demissional;
- b) cópia da CTPS com a respectiva baixa na mesma;
- c) cópia da comunicação de transferência, com a ciência do profissional;
- d) cópia do exame médico de transferência do local de serviço;
- e) termo de rescisão do contrato de trabalho devidamente quitado, com a respectiva homologação da demissão no sindicato da classe, se o caso;
- f) planilha detalhada das verbas pagas na rescisão;
- g) comprovação de depósito do valor da rescisão em banco.

6.3. Junto à primeira e demais medições, a empresa deverá enviar à Contratante cópia da seguinte documentação para verificação e guarda:

- a) folha de pagamento analítica e cópia dos holerites com aposição de assinatura do empregado;
- b) relatório de registro de ponto devidamente assinado pelo empregado e pelo empregador, com respectivos comprovantes mensais de afastamentos, se o caso;
- c) recibo de compra do vale-transporte, em forma de “cartão magnético”, ou equivalente, de acordo com o preconizado junto à respectiva Convenção



Coletiva, bem como comprovante de pagamento que indique a entrega antecipada do mesmo aos funcionários;

d) recibo de compra de cesta básica “in natura”, vale-alimentação ou equivalente, de acordo com o constante junto à respectiva Convenção Coletiva, bem como da respectiva entrega do mesmo aos funcionários;

e) comprovante de pagamento de tíquete ou auxílio-refeição;

f) guias de recolhimento de tributos (GRF e GPS);

g) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, certificado de regularidade do FGTS (CRF) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirarem os prazos de validade;

h) relação de empregados (RE) incluídos no arquivo SEFIP com respectivo protocolo de envio da conectividade social, bem assim dos relatórios constantes da GFIP;

i) comprovante de pagamento mensal ou anual da apólice de seguro de vida em grupo, se o caso;

j) comprovação de depósito de salários em banco;

k) aviso prévio assinado, sempre que houver;

l) aviso e recibo de férias com demonstrativo de pagamento, sempre que houver;

m) comprovação de quaisquer outros benefícios previstos em Convenção Coletiva.

6.4. A empresa Contratada deverá viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.

6.5. A Contratante poderá solicitar o extrato de FGTS dos empregados, sempre que julgar necessário.

6.6 A Contratante poderá solicitar todas as anotações na CTPS dos empregados para conferência e fiscalização, a fim de verificação das informações prestadas pela Contratada e/ou pelo empregado.

6.7 A Contratada deverá viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram



recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.

6.8 A Contratada deverá oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível, e sempre que solicitado pela fiscalização.

6.9 A empresa Contratada deverá encaminhar à Administração de Recursos Humanos da Contratante a comprovação de remessa dos dados mensais enviados ao eSocial, ou documentação equivalente, quando solicitado.

7. DA SUBSTITUIÇÃO, DISPENSA OU DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIOS

7.1. No caso de férias, licenças, faltas, demissões e dispensas a empresa Contratada deverá efetuar a reposição imediata do funcionário para execução do serviço, comunicando formalmente à Contratante.

7.1.1. Os funcionários substitutos deverão estar devidamente registrados na empresa, para que cumpram a função para quais foram designados nas hipóteses previstas no caput deste item.

7.1.2. Os substitutos só poderão ser aqueles previamente indicados pela contratante.

7.1.3. Havendo desligamento de algum dos substitutos do quadro da Contratante, deverá ser providenciado imediatamente novo substituto.

7.2. Em havendo necessidade de novas contratações ou substituições de empregados, a Contratada deverá comunicar o fato à Contratante, enviando toda a documentação pertinente, conforme os itens 6.1. e 6.2.

8. DO REGISTRO DE PONTO E USO OBRIGATÓRIO DE CRACHÁS E UNIFORMES.

8.1 A Contratada deverá instalar às suas expensas, sistema de marcação de ponto eletrônico, em local indicado pela Contratante, para verificação da jornada de seus funcionários.

8.2. A Contratada deverá exercer controle rigoroso sobre a assiduidade e a pontualidade dos funcionários para a execução dos serviços, sendo as faltas e



os atrasos descontados dos vencimentos dos funcionários, se injustificados, e deverão ser devidamente comunicados à Contratante.

8.3 Havendo necessidade de alterações nos horários dos funcionários, deverá haver prévia autorização da Contratante de forma que não haja prejuízo à execução das atividades.

6.3. Todos os profissionais deverão utilizar crachá, o qual deverá ser fornecido pela Contratada.

8.4. Os empregados deverão utilizar uniforme, condizente com a atividade a ser desempenhada, a ser fornecido pela Contratada, sendo que esta última deverá se responsabilizar pela boa aparência e asseio da equipe de trabalho, promovendo a sua substituição, sempre que necessário.

8.4.1 Os uniformes deverão ser completos, bem como compreender peças para todas as estações climáticas do ano, conforme o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando, inclusive, que estejam sempre em boas condições de uso, sendo que deverão ser substituídos sempre que necessário.

8.4.2 O uniforme deverá ser entregue mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser apresentada à Contratante, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da entrega, não podendo ser repassado o custo do uniforme ao ocupante do posto de trabalho nem ser exigido o uniforme usado por ocasião da entrega dos novos.

8.5. Não será permitido o acesso do funcionário da Contratada nas dependências da Contratante sem o seu crachá e/ou sem uniforme.

9. DO PAGAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA:

9.1. A empresa Contratada deverá efetuar o pagamento aos seus funcionários pontualmente nas datas aprezadas e em conformidade com as convenções e leis trabalhistas vigentes.

9.2. Ficará sob inteira responsabilidade da empresa Contratada o pagamento dos salários devidos pela mão de obra empregada na execução dos serviços, bem como os demais encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais.



10. DA SUBCONTRATAÇÃO:

Para a execução da prestação de serviços, a empresa vencedora não poderá efetuar a subcontratação de profissionais, sendo que todos os funcionários deverão integrar o quadro da empresa.

11. DA COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES:

11.1. A empresa Contratada se obrigará a fornecer aos seus funcionários todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), os quais deverão ser de uso exclusivo do funcionário durante a execução dos serviços, adequados ao risco do trabalho a ser executado e em perfeito estado de conservação e funcionamento, conforme especificação do respectivo PPRA, inclusive.

11.2. A empresa Contratada deverá prever a utilização intensiva de equipamentos de proteção individual (EPI) de acordo com as normas e legislação pertinentes aos assuntos, previstas pelo Ministério do Trabalho, devendo também, antes do início dos serviços, apresentar por escrito à Contratante os EPI's que serão utilizados, bem assim com exposição a possíveis riscos de acidentes, assim como promover treinamento aos funcionários no tocante à correta utilização dos mesmos.

11.3. Caberá à empresa Contratada a observância das referidas normas e legislação no que tange às instruções, comunicações e proibições a seus funcionários, visando o cumprimento integral das determinações relativas à segurança e higiene do trabalho.

11.4. A Contratante se reserva o direito de fazer outras exigências à Contratada com respeito à Segurança do Trabalho, inclusive considerando eventuais alterações contratuais, sempre que julgue necessário para proteção de pessoas, propriedade ou bens.

12 FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO, INSUMOS, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS.

12.1 É de responsabilidade da Contratada o fornecimento de equipamentos e maquinários, além do combustível necessário para o abastecimento destes equipamentos, dentre eles roçadeira, soprador de folhas, ferramental de jardinagem, máquina de cortar grama, roçadeira, tesouras de poda.



12.2 Os equipamentos elétricos deverão ser monofásicos com 220 Volts, caso contrário a empresa contratada ficará responsável pelo fornecimento dos transformadores de voltagem para perfeito funcionamento

12.3 Todos os materiais e insumos necessários à boa execução dos serviços, devem ser fornecidos pela Contratada, entre eles inseticidas, fungicidas, acaricidas, substrato para adubação mineral e orgânica, sacos plásticos para acondicionamento dos resíduos, vassoura de jardim e comum, pulverizador costal, entre outros.

12.4 Ficará a cargo da Contratante o fornecimento de água para irrigação, mudas e plantas.

12.5 A empresa será responsável pela reposição de mudas de espécies vegetais ornamentais desde que, o fenecimento / causa seja fruto de imperícia ou negligência por parte da Contratada.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Nenhuma relação jurídico-trabalhista haverá entre os empregados da Contratada e a Contratante.

13.2. A Contratada deverá encaminhar toda a documentação referente às medições mensais em até 10 (dez) dias corridos do mês subsequente.

13.3. O pagamento mensal da fatura emitida pela Contratada ficará suspenso no caso de descumprimento de qualquer item deste Termo, até a regularização da pendência apontada, sem implicação de multa, juros ou qualquer outro encargo à Contratante.

13.4 O descumprimento das exigências deste Termo de Referência ou das obrigações trabalhistas pela Contratada, acarretará rescisão contratual com aplicação de multa para a Contratada, nos termos da Lei.

13.5. Quando ocorrer a necessidade de deslocamento do gestor até a Contratante, ou a for necessária a substituição de um funcionário, este deverá estar presente em até 1 hora.

13.6 A Contratada responsabilizar-se-á moral e materialmente por seus empregados, ressarcindo prontamente qualquer dano ou prejuízo por eles causados às instalações ou aos equipamentos da Contratante



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

13.7 A Contratante se reserva o direito de solicitar qualquer documentação ou esclarecimento complementar para fins de fiscalização do contrato.

13.8 O domicílio bancário dos empregados terceirizados deverá ser na cidade onde serão prestados os serviços.



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021

PROCESSO Nº IPJ.00316/2021

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXXXXX

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN E XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE JARDINAGEM, VISANDO A CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO DAS ÁREAS VERDES E JARDINS EXTERNOS DA SEDE DO IPREJUN, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS DE CONSUMO, INSUMOS, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS COM FUNDAMENTO NO ART. 1º, DA LEI FEDERAL Nº 10.520/02 - PROCESSO IPJ Nº 00316/2021.

I - Introito

O presente instrumento rege-se fundamentalmente pela Lei Federal nº 10.520/02, subsidiada pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, que instituem normas para licitações e contratos da Administração Pública e dão outras providências, estando vinculado ao Processo IPJ Nº 00316/2021 de acordo com a deliberação do Exmo. Sr. Diretor-Presidente do IPREJUN exarada naqueles autos e que autoriza sua lavratura.

II – Das Partes

São partes no presente instrumento de contrato:



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

a) De um lado, na condição e doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE** o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, com sede nesta cidade, Estado de São Paulo, na Avenida da Liberdade, s/nº - 6º andar – Ala Norte, Jd. Botânico – Jundiaí/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 05.507.216/0001-61, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, XXXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXX, e pela Diretora do Departamento de Planejamento, Gestão e Finanças, XXXXXXXXXXXX, CPF XXXXXXXXXXXXX.

b) De outro lado, na condição e doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na cidade de XXXXXXXX, Estado de São Paulo, na Avenida XXXXXXXXXXXXXXXX inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX.

III – Do Objeto e vigência contratual

CLÁUSULA PRIMEIRA - De acordo com o Processo Administrativo IPJ Nº 00316/2021, a CONTRATADA obriga-se à prestação de serviços terceirizados de jardinagem, visando a conservação, manutenção e tratamento fitossanitário das áreas verdes e jardins externos da sede do IPREJUN, incluindo fornecimento de mão de obra, materiais de consumo, insumos, equipamentos e maquinários necessários e adequados para execução dos serviços, conforme especificações técnicas mínimas descritas no Anexo I, parte integrante do Edital do Pregão nº 06/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - Integram e completam o presente Termo de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Edital do Pregão Presencial nº 06/2021, bem como a proposta da CONTRATADA, anexos e pareceres que formam o processo IPJ Nº 00316/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria



quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA QUARTA - O presente contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, contados a partir do início da prestação de serviços, podendo ser prorrogado, se necessário, a critério da CONTRATANTE, por iguais períodos, sucessivamente, até o prazo de 60 (sessenta) meses, tudo em conformidade com o Art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

IV- Do Preço e Condições de pagamento

CLÁUSULA QUINTA - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços prestados quanto ao objeto deste contrato, em moeda corrente nacional, a importância mensal de R\$ _____ (_____) e global de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA SEXTA – O valor acima, já fixado em real, não sofrerá outro tipo de correção monetária

CLÁUSULA SÉTIMA – Os preços ora contratados poderão ser revistos em caso de desequilíbrio financeiro causado por perda inflacionária, utilizando-se como referência de cálculo o IPC-FIPE.

CLÁUSULA OITAVA - O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da nota fiscal fatura acompanhada com as cópias autenticadas das guias de recolhimento devidamente quitadas do INSS (GPS) e do FGTS (GFIP) do mês correspondente e das respectivas Certidões Negativas de Débito (INSS e FGTS), bem como da apresentação de toda a documentação descrita no Termo de Referência, sendo suspenso o pagamento caso a CONTRATADA não comprove a regularidade de suas atividades.

CLÁUSULA NONA - O pagamento será atendido com recursos provenientes da



verba dotada no orçamento municipal sob a rubrica 50.01.09.122.0190.8006.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

V – Do Regime Jurídico Contratual

CLÁUSULA DÉCIMA - Nos termos da lei compete, como prerrogativa unilateral, à CONTRATANTE, quanto ao contrato ora entabulado:

- a) fiscalizar-lhe a execução; e
- b) aplicar sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do ajuste.

VI – Das Obrigações da CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A CONTRATADA deverá estar ciente da Política de Segurança da Informação e das Comunicações (POSIC) do IPREJUN e de seu conteúdo, disponibilizado no site <http://iprejun.sp.gov.br>. Deverá também estar ciente dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018) (“LGPD”), obrigando-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os Dados Protegidos na extensão autorizada na referida LGPD, bem como estar ciente e cumprir fielmente as disposições constantes no Código de Ética disponibilizado no site <http://iprejun.sp.gov.br>.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório, a qual, como todos os documentos da licitação e especificações da CONTRATANTE, passa a fazer parte integrante do presente Termo de Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Atentará, principalmente, a CONTRATADA, no que forem aplicadas, às normas dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, sendo-lhe terminantemente vedada a subempreitada, subcontratação, cessão ou transferência do presente ajuste, fato que, ocorrendo, causará a rescisão automática e incondicional do presente ajuste, arcando



também, a responsável, com as demais sanções previstas na Lei Civil e Penal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A CONTRATADA sem prejuízo de sua responsabilidade, comunicará por escrito à CONTRATANTE qualquer anormalidade que eventualmente apure ter ocorrido na prestação dos serviços que possam comprometer a sua qualidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Obriga-se a CONTRATADA a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou utilização de técnicas ou materiais inadequados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- A CONTRATADA não utilizará em nenhuma hipótese qualquer servidor da administração direta ou indireta da municipalidade, a partir da data da publicação deste edital, nem mesmo em gozo de férias ou licença sob qualquer título.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A responsabilidade em caso de danos materiais e/ou pessoais causados a terceiros em virtude da execução dos serviços, compete exclusivamente à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA- A CONTRATADA responsabilizar-se-á moral e materialmente por seus empregados, ressarcindo prontamente qualquer dano ou prejuízo por eles causados nas instalações ou nos equipamentos da CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - A responsabilidade em caso de acidentes do trabalho e seguros previstos em lei é exclusivamente da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA A CONTRATADA deverá ter pleno conhecimento do local, das condições em que serão executados os serviços,



dos materiais a serem utilizados, bem como dos processos e normas para sua execução, comprometendo-se a alocar os meios e equipamentos necessários.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA Nenhuma relação jurídico trabalhista, hierárquica e de subordinação, haverá entre o empregado da CONTRATADA e a CONTRATANTE, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA o pagamento dos salários/ honorários devidos pela mão de obra empregada na execução dos serviços, bem como os demais encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, despesas de transporte, hospedagem ou alimentação.

VII– Da rescisão contratual

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Adotam CONTRATANTE e CONTRATADA, como motivos de rescisão da avença ora estatuída, o que expressamente determinam os artigos 77 a 81 da mencionada Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, além das condições expressamente estipuladas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – A licitante que não mantiver a proposta, apresentá-la sem seriedade, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - Caso a CONTRATADA dê causa à rescisão sem justo motivo do ora contratado, recusar-se a entregar o objeto no prazo estipulado pela CONTRATANTE, ou ainda, pela inexecução total ou parcial do ajuste, obrigará-se a pagar uma multa de 20% (vinte por cento) do valor total deste contrato, obedecidos, no mais, os ditames dos artigos 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – Se a culpa da rescisão for imputada exclusivamente à CONTRATADA, ficará esta, em caráter de pena, impedida de participar de licitações futuras, ficando ainda obrigada ao ressarcimento dos



prejuízos a que der causa, nos termos do artigo 389 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

VIII – Prazos e condições de início dos serviços

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - O início da execução do serviço terceirizado ora contratado se dará em até 3 (três) dias úteis contados a partir da assinatura do contrato, sendo pagas as parcelas mensais a cada período de trinta dias posteriores à data de início dos trabalhos, no máximo até 10 (dez) dias a partir da entrega da Nota Fiscal, independente da data de pagamento do salário da categoria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – Os serviços ora contratados serão prestados na sede do Instituto de Previdência do Município de Jundiaí, localizado na Av. Doroty Nano Martinasso, nº 100 – Vila Bandeirantes – Jundiaí/SP, em todas as áreas externas, incluindo a cobertura verde e a praça adjacente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – Quaisquer atrasos no cumprimento dos prazos estabelecidos no presente contrato somente serão justificados, e não serão considerados como inadimplemento contratual, se provocados por atos ou fatos imprevisíveis não imputáveis à CONTRATADA e devidamente aceitos pela CONTRATANTE.

IX - Da execução contratual

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - Qualquer modificação na estrutura da CONTRATADA, tais como a transformação, fusão, cisão ou incorporação, somente motivará a rescisão do contrato quando lhe prejudicar a execução.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - A critério exclusivo da CONTRATANTE as quantidades especificadas poderão ser alteradas para mais ou para menos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) e nas mesmas condições contratuais, conforme estabelece o artigo 65, § 1º, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - Mantidas as demais cláusulas do presente ajuste, poderá haver prorrogação de prazo, assegurando a



manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que enquadrado nas condições previstas no artigo 57, § 1º, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - Em caso de descumprimento pela inexecução total ou parcial do contrato, fica a CONTRATADA sujeita às penas do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93, a critério da CONTRATANTE.

X - Da alteração contratual

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - O contrato somente poderá ser alterado, por escrito, via aditamento, que se submeterá ao artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e aos demais aplicáveis à espécie.

XI - Legislação Aplicável

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - O presente Termo de Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

XII – Das penalidades

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - A Contratada total ou parcialmente inadimplente estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 combinada com o art. 7º da Lei 10.520/2002, a saber:

a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o fornecimento ou execução contratual;

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado na providência necessária e 1% por dia após o 30º dia de atraso acumulada com as multas cominatórias abaixo:



b.1) multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);

b.2) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para o ente público contratante;

c) suspensão temporária do direito de participar em licitação com o Instituto de Previdência do Município de Jundiaí por até 05 (cinco) anos, entre outras, nas hipóteses:

c.1) ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;

c.2) não mantiver a proposta;

c.3) falhar gravemente na execução do contrato;

c.4) na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;

d) declaração de impedimento para licitar ou contratar com o Poder Público federal, estadual, distrital e municipal, por até 05 (cinco) anos, dentre outros comportamentos, em especial, quando:

d.1) apresentar documentação falsa exigida para o certame;

d.2) comportar-se de modo inidôneo;

d.3) cometer fraude fiscal;

d.4) fraudar na execução do contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - Independentemente das sanções retro, a Contratada ficará sujeita, ainda, à composição de perdas e danos causados à Contratante e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação feita no mercado, na hipótese de as demais classificadas não aceitarem a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações.

XIII – Da fiscalização

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos trabalhos da CONTRATADA por meio do Departamento de Planejamento, Gestão e Finanças do Instituto de Previdência do Município de Jundiaí, o que não reduzirá nem excluirá a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros.

Parágrafo único: Nos termos do artigo 67, da Lei Federal nº 8666/93, fica designado o servidor Sérgio José da Silva, exercente do cargo de assistente de administração, como encarregado da gestão do presente contrato, que será substituído pela servidora Vivian Cristina Benite Campos, exercente do cargo de assistente de administração, em caso de impedimento do primeiro.

XIV – Dos casos omissos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

XV - Do Foro

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - Para dirimir as questões oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Jundiaí, Estado de São Paulo.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – A parte que der causa ao rompimento deste Instrumento arcará com as despesas processuais e demais verbas cominadas à espécie.



XVI – Do encerramento

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - Por estarem assim, justas e concordes, CONTRATANTE e CONTRATADA firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, lidas e achadas conforme na presença de 2 (duas) testemunhas nomeadas e assinadas, na forma da lei.

Jundiaí, _____ de _____ de 2021.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas:

Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXXXXXXX

Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXXXXXXX



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021

PROCESSO Nº IPJ.00316/2021

**DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS PARA
HABILITAÇÃO**

(em papeltimbrado da Licitante)

Prezados Senhores:

Pela presente, declaramos, para efeito do cumprimento ao estabelecido no inciso VII, do artigo 4º, da Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos para habilitação exigidos neste Edital.

....., ... de de

(Local) (Data)

.....

(Nome e assinatura do representante legal da licitante)



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

**ANEXO IV
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021
PROCESSO Nº IPJ.00316/2021**

DECLARAÇÃO

(em papel timbrado da Licitante)

Eu,, CPF nº,
representante legal da empresa,
interessada em participar do Processo Licitatório (Pregão nº 06/2021), do
Instituto de Previdência do Município de Jundiaí – IPREJUN, DECLARO, sob as
penas da Lei, que inexistente impedimento legal contra a empresa
..... para licitar ou contratar com a Administração Pública no
município de Jundiaí.

....., ... de de

(Local) (Data)

.....
(Nome e assinatura do representante legal da Licitante)



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021

PROCESSO Nº IPJ.00316/2021

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa da licitante), doravante denominado (licitante), para fins do disposto no item 3.1.5 do Edital de Pregão nº 06/2021, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do Pregão nº 06/2021 foi elaborada de maneira independente (pela licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão nº 06/2021, por qualquer meio ou qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar proposta elaborada para participar do Pregão nº 06/2021 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão nº 06/2021, por qualquer meio ou qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão nº 06/2021 quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão nº 06/2021 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão nº 06/2021 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão nº 06/2021 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do IPREJUN antes da abertura oficial das propostas; e



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(representante legal da licitante, no âmbito da licitação,
com identificação completa)



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021

PROCESSO Nº IPJ.00316/2021

(e m p a p e l t i m b r a d o d a L i c i t a n t e)

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO (MICRO EMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

A empresa, CNPJ nº....., com sede na (endereço completo)....., neste ato representada pelo Sr....., (Sócio Administrador, Procurador, etc), interessada em participar do Processo Licitatório (Pregão nº 06/2021), do Instituto de Previdência do Município de Jundiaí - IPREJUN, DECLARO, sob as penas da Lei, que esta empresa é considerada (microempresa ou empresa de pequeno porte), nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, cujos termos conheço na íntegra, estando apta, portanto, a exercer os direitos previstos na referida lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

....., ... de de

.....

(Nome e assinatura do representante legal da Licitante e/ou nome, CRC e
assinatura do Contador)



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021

PROCESSO Nº IPJ.00316/2021

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO
TRABALHO E EMPREGO**

(e m p a p e l t i m b r a d o d a L i c i t a n t e)

Eu,(nome completo)....., representante legal da empresa (razão social)....., interessada em participar do **PREGÃO Nº 06/2021**, promovido pelo Instituto de Previdência do Município de Jundiaí - IPREJUN, declaro, sob as penas da lei, que, nos termos do artigo 27, inciso V, da Lei federal no 8.666/93, com alterações posteriores, a (razão social)..... encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não empregando menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregando menor de dezesseis anos.

OBS: Quando for o caso, declarar que emprega menor com idade de quatorze anos na condição de aprendiz.

....., ... de de

(Local) (Data)

.....
(Nome e assinatura do representante legal da Licitante)



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021

PROCESSO Nº IPJ.00316/2021

PROPOSTA DE PREÇOS PARA VIGÊNCIA CONTRATUAL DE 12 MESES

Nome da licitante:

Endereço:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Inscrição Municipal:

Número do processo:

Pregão:

Apresentamos nossa Proposta Comercial para a prestação de serviços terceirizados de jardinagem, visando a conservação, manutenção e tratamento fitossanitário das áreas verdes e jardins externos da sede do IPREJUN, incluindo fornecimento de mão de obra, materiais de consumo, insumos, equipamentos e maquinários necessários e adequados para execução dos serviços, conforme especificações técnicas mínimas descritas no Anexo I, parte integrante, conforme requisitos do Pregão nº 06/2021, em atendimento às descrições ali contidas, quantidades, condições e prazos estabelecidos, todos integrantes do Processo nº IPJ Nº 00316/2021, cujas informações adicionais seguem abaixo.

1. CONCORDAMOS COM TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO REFERIDO EDITAL E RESPECTIVOS ANEXOS E AINDA DECLARAMOS QUE:

- a) Esta proposta tem validade de... (...) dias (mínimo 60 dias), contados da data de sua abertura;
- b) Os serviços ofertados atendem aos requisitos citados, conforme especificações descritas nos itens do Anexo I e demais Anexos do Edital;
- c) Nos preços cotados estão incluídos todos os custos diretos ou indiretos relativos à mão de obra terceirizada e de todos os materiais e serviços



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

relacionados ao fornecimento, bem como todos os impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, seguros, fretes e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem necessárias à perfeita execução do contrato;

2. PREÇO TOTAL GERAL DA PROPOSTA (números e extenso):

.....

2.1. Preço mensal para a vigência de 12 (doze) meses (números e extenso):

.....

Representante Legal



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021

PROCESSO Nº IPJ.00316/2021

ANEXO IX - PLANILHA DE CUSTOS

EMPRESA:

Salário Mínimo		
Insalubridade	Percentual	Valor
mínima		
média		
máxima		

DADOS SALARIAIS (MONTANTE A)

FUNÇÕES	Quantidade	Salário Base	Total Salário = Quantidade x Salário Base
Jardineiro			
Adicional de Insalubridade e/ou periculosidade *			
		Total do Montante A	

* Adicional de insalubridade e/ou periculosidade conforme convenção da categoria.



ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS
(Montante B)

Encargos Previdenciários e FGTS (B.1)	Percentual sobre Total do Montante A	Valor
Seguridade Social (INSS)		
FGTS		
SESI ou SESC		
SENAI ou SENAC		
INCRA		
SEBRAE		
Salário Educação		
RAT(Riscos Ambientais do Trabalho) x FAP (Fator Acidentário de Prevenção)		
Total		

13º Salário e Adicional de Férias (B.2)

13º Salário		
Adicional de Férias		
Incidência de encargos (B.1) sobre 13º Salário e Adicional de Férias		
Total		

Provisão para Rescisão (B.3)

Aviso prévio indenizado		
Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado		
Multa do FGTS do aviso prévio indenizado		



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

Aviso prévio trabalhado		
Incidência de encargos (B.1) sobre aviso prévio trabalhado		
Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado		
Total		
Custo de reposição de profissional ausente (B.4)		
Férias		
Ausência por doença		
Ausências Legais (Art. 473 da CLT)		
Ausências por acidente de trabalho		
Licença paternidade		
Licença maternidade		
Férias sobre licença maternidade		
Incidência de encargos (B.1) sobre o custo de reposição		
Total		
Total do Montante B		



BENEFÍCIOS (Montante C)

Descrição	Valor Unitário	Quantidade	Valor Mensal
Auxílio Transporte			
Auxílio Alimentação (vales, cesta básica, etc.)			
Auxílio Refeição			
Desconto do auxílio transporte (6%)			
Seguro de Vida			
Programa de Participação nos Resultados – PPR			
Outros benefícios exigidos em convenção trabalhista ou legislação aplicável (especificar).			
		Total do Montante C	



**DESPESAS ADMINISTRATIVAS E
OPERACIONAIS (Montante D)**

Descrição	Valor Unitário	Quantidade	Total Despesas
Uniformes / EPI's (custo médio mensal)			
Depreciação de equipamentos e maquinários			
Materiais de consumo e insumos			
Instalação e manutenção de relógio de ponto			
Custo com veículos, combustível e outros			
Contribuição Assistencial Sindical Patronal			
Despesas Administrativas			
Despesa com Escritório Administrativo			
Exames Ocupacionais			
Despesa com supervisão			
Despesas Operacionais			
Outras despesas (especificar)			
		Total do Montante D	

CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (Montante E)

Descrição	Percentual sobre o Total Geral Mensal		Valor
Custos indiretos			
ISS			



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

PIS			
COFINS			
CSLL			
Imposto de Renda			
Lucro			
Total do Montante E			
			Total Geral Mensal (A + B + C + D + E)
			TOTAL GERAL ANUAL (Total Geral Mensal x 12)

Observações:

- 1) Todos os itens conforme lei, dissídio ou convenção da categoria que acompanha a proposta de preços.**
- 2) Itens relativos a equipamentos, materiais de consumo, uniformes e EPI, conforme documentos fiscais anexos à proposta de preços**
- 3) A empresa licitante deverá considerar para os impostos e contribuições os percentuais que efetivamente incidem sobre seus produtos e serviços. Esse percentual, por vezes, é diferente dos valores retidos em nota fiscal. Destaque-se que nem todos os impostos e contribuições pagos pela empresa em decorrência da prestação de serviços ou de venda de mercadorias são retidos em nota fiscal.**

Nome / Assinatura

Carimbo da empresa

SEDE DO INSTITUTO DA PREVIDÊNCIA DE JUNDIAÍ - SP

MEMORIAL DESCRITIVO DO PAISAGISMO

Este memorial descritivo tem por objetivo identificar e informar as características das espécies vegetais escolhidas e nortear a implantação do projeto de paisagismo elaborado a fim de que a vegetação possa se desenvolver plenamente de acordo com o planejado.

Ele contém instruções básicas de preparo do solo, plantio, características individuais das espécies e manutenção, que devem ser seguidas para o sucesso do projeto.

1. BIOMA

Os Biomas encontrados na região são Mata Atlântica e Cerrado.

1.1 BIOMA MATA ATLÂNTICA

Segundo o Instituto Brasileiro de Florestas (IBF), o bioma ocupa uma área que corresponde a 13,04% do território nacional e é constituído principalmente por mata ao longo da costa litorânea que vai do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul. A Mata Atlântica passa pelos territórios dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, e parte do território do estado de Alagoas, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. A Mata Atlântica apresenta uma variedade de formações, engloba um diversificado conjunto de ecossistemas florestais com estrutura e composições florísticas bastante diferenciadas, acompanhando as características climáticas da região onde ocorre.

Nas regiões onde ainda existe, a Mata Atlântica caracteriza-se pela vegetação exuberante, com acentuado higrofitismo (Plantas características de lugares encharcados). Entre as espécies mais comuns encontram-se algumas briófitas, cipós, e orquídeas.

A fauna endêmica é formada principalmente por anfíbios, mamíferos e aves das mais diversas espécies. É uma das áreas mais sujeitas a precipitação no Brasil.

A biodiversidade da Mata Atlântica é semelhante à biodiversidade da Amazônia. A vida é mais intensa no estrato alto, nas copas das árvores, que se tocam, formando uma camada contínua. Algumas podem chegar a 60 m de altura. Esta cobertura forma uma região de sombra que cria o microclima típico da mata, sempre úmido e sombreado. Dessa forma, há uma estratificação da vegetação, criando diferentes *habitats* nos quais a diversificada fauna vive.

KJ Projetos e Gerenciamento de Obras

A Mata Atlântica é composta por uma série de ecossistemas cujos processos ecológicos se interligam, acompanhando as características climáticas das regiões onde ocorrem e tendo como elemento comum a exposição aos ventos úmidos que sopram do oceano. Isso abre caminho para o trânsito de animais, o fluxo gênico das espécies e as áreas de tensão ecológica, onde os ecossistemas se encontram e se transformam.

Atualmente, a Mata Atlântica está presente em apenas 8% de sua configuração original devido a expansão da indústria, da agricultura, do turismo e da urbanização de modo não sustentável, causando a supressão da biodiversidade em vastas áreas, com a possível perda de espécies conhecidas e ainda não conhecidas pela ciência, influenciando na quantidade e qualidade da água de rios e mananciais, diminuindo a fertilidade do solo, bem como afetando características do microclima nesses delicados ecossistemas e contribuindo com o problema do aquecimento global.

Os principais exemplos vegetais são: Pau-Brasil, cedro, canela, ipê, jacarandá, jatobá, jequitibá, Palmira, epífitas (orquídeas e outros), cipós, etc.

A rica fauna do bioma, onde estão as principais cidades brasileiras, é composta por 261 espécies conhecidas de mamíferos, 1020 de pássaros, 197 de répteis, 340 de anfíbios e 350 de peixes. Entretanto, com a redução do bioma em apenas 8% de sua cobertura original, 383 dos 633 animais ameaçados de extinção no Brasil, são da Mata Atlântica, de acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Os principais exemplos de fauna são: macacos, preguiças, onças, jaguatiricas, papagaios, araras, tucanos, cobras, cachorros-do-mato, porcos-do-mato, lagartos, grande diversidade de pássaros e insetos, etc.

1.2 BIOMA CERRADO

Segundo o Instituto Brasileiro de Florestas (IBF), o Bioma Cerrado é o segundo maior do país, ocupando mais de 23% do território e é constituído principalmente por savanas. Ocupa a totalidade do Distrito Federal e parte do território dos estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rondônia, São Paulo e Tocantins.

A paisagem do cerrado é predominantemente caracterizada por extensas formações savânicas, caracterizadas por árvores baixas, arbustos espaçados e gramíneas, e pode ser classificado como cerradão, cerrado típico, campo cerrado, campo sujo de cerrado ou campo limpo, e é interceptada por matas ciliares ao longo dos rios, nos fundos de vale.

As árvores do cerrado são muito peculiares, com troncos tortos, cobertos por uma cortiça grossa, cujas folhas são geralmente grandes e rígidas. Muitas plantas herbáceas têm órgãos subterrâneos para armazenar água e nutrientes.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o Cerrado brasileiro é reconhecido como a savana mais rica do mundo em diversidade biológica, abrigando 11.627 espécies de plantas nativas já catalogadas, 199 espécies de mamíferos, 837 da avifauna, 1200 peixes, 180 répteis e 150 anfíbios, além de ser o refúgio de 13% das borboletas, 35% das abelhas e 23% dos cupins dos trópicos.

Além dos aspectos ambientais, o Cerrado tem grande importância social, pois muitas populações sobrevivem de seus recursos naturais, incluindo etnias indígenas, quilombolas, geraizeiros,

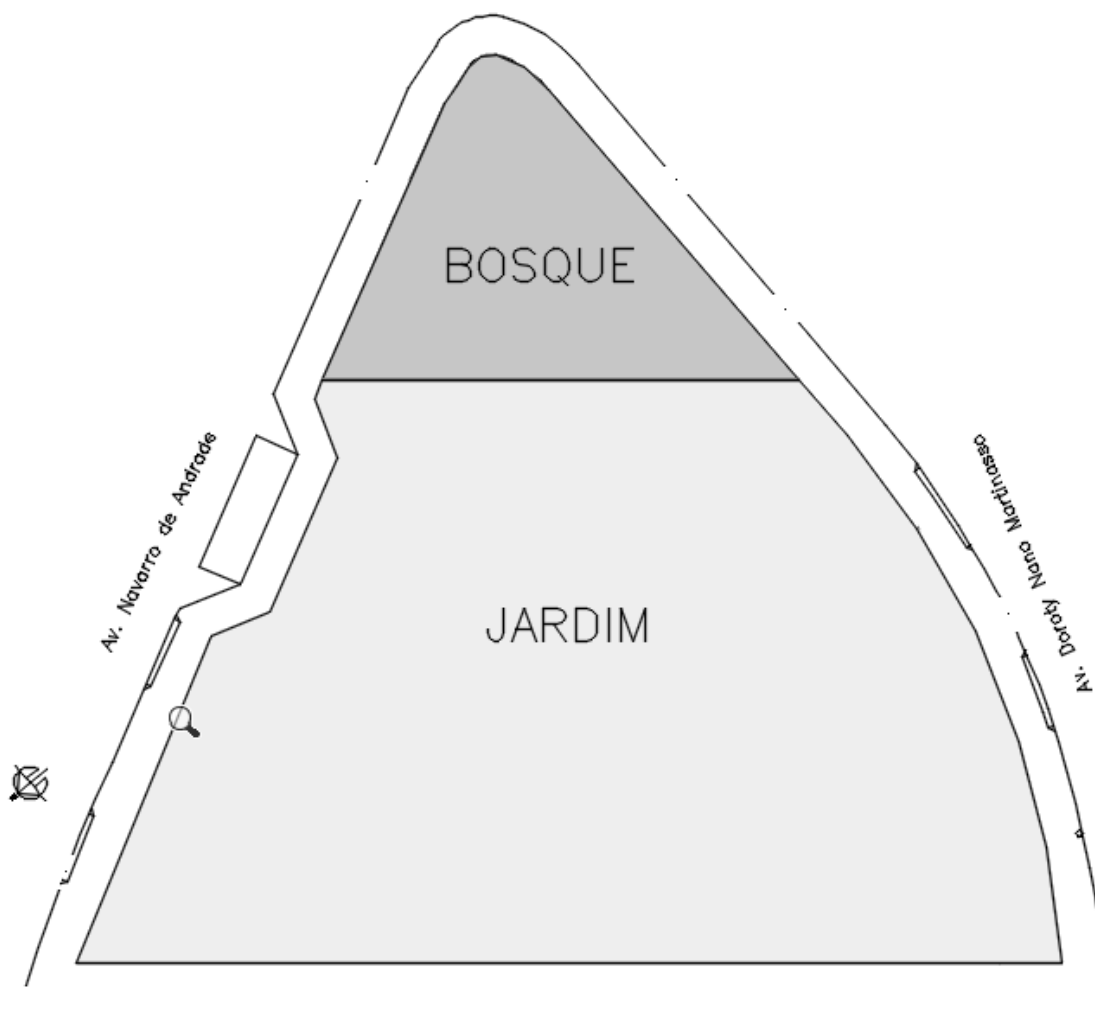
KJ Projetos e Gerenciamento de Obras

ribeirinhos, babaqueiras, vazanteiros e comunidades quilombolas que, juntas, fazem parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro, e detêm um conhecimento tradicional de sua biodiversidade. Mais de 220 espécies têm uso medicinal e mais 416 podem ser usadas na recuperação de solos degradados, como barreiras contra o vento, proteção contra a erosão, ou para criar habitat de predadores naturais de pragas. Mais de 10 tipos de frutos comestíveis são regularmente consumidos pela população local e vendidos nos centros urbanos, como os frutos do Pequi, Buriti, Mangaba, Cagaita, Bacupari, Cajuzinho do Cerrado, Araticum e as sementes do Barú.

Devido à ação do homem, o Cerrado passou por grandes modificações, consequentemente, causando a extinção de algumas espécies. Atualmente, o Cerrado está presente em apenas 20% de sua área total.

2. CARACTERÍSTICA DO PAISAGISMO E ESPÉCIES VEGETAIS












O traçado do paisagismo foi dividido em JARDIM – nas áreas do entorno próximo à edificação e áreas internas; e BOSQUE – na extremidade Sudeste do lote.



As espécies vegetais escolhidas para cada área foram:

2.1 JARDIM



































Espécies vegetais nativas do cerrado e/ou mata atlântica, rasteiras, de pequeno e médio portes, com texturas e cores diferentes para compor um jardim de contemplação, que evidencie a arquitetura do edifício. Todas as espécies não necessitam de grandes podas, portanto, é um jardim de baixo custo de manutenção.

FOTO	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO
	Eritrina Candeebro	<i>Erythrina speciosa</i>
	Capim-chorão, Capim barba-de-bode	<i>Eragrostis curvula</i>
	Hera	<i>Hedera helix</i>
	Helicônia	<i>Heliconia rostrata</i>
	Alpínia, Gengibre-vermelho	<i>Alpinia purpurata</i>
	Iresine, Coração-magoado	<i>Iresine herbstii</i>
	Orelha-de-onça	<i>Tibouchina heteronalla</i>
	Palmeira ráfis	<i>Rhapis excelsa</i>
	Calatéia picturata	<i>Calathea picturata</i> <i>Argentea</i>
	Calatéia zebra	<i>Calathea zebrina</i>
	Aspargo samambaia	<i>Asparagus cetaceus</i>

2.2 BOSQUE

Espécies arbóreas nativas do cerrado e/ou mata atlântica, frutíferas e/ou floríferas, para atrair a avifauna, abelhas, borboletas e morcegos.

KJ Projetos e Gerenciamento de Obras

LEGENDA	IMAGEM	ESPÉCIE	NOME CIENTÍFICO
		PEQUI, PIQUI, AMENDOÁ-DE-ESPINHO, SUARI, GRÃO-DE-CAVALO	CARYOCAR BRASILIENSE
		BARÓ, CUMBARU, CUMARU, BARUJO, BUGUEIRO, CAMBARU, CASTANHA-DE-BUGRE, COCO-FELJÃO, CUMARI, COMARURANA, FEIJÃO-BARU, IMBURANA-BRAVA, BARUZEIRO	DYPTERYX ALATA
		ANGICO-BRANCO, ANGICO-VERMELHO, CAMBUI-ANGICO	ANADENANTHERA COLUBRINA
		IPÊ-DO-CERRADO, IPÊ-AMARELO, PIÓVA, TARUMÁ	HANDROANTHUS OCHRACEUS
		FEDEGOSO, PAU-DE-BESOURO, MANDUIRANA, PAU-FAVA, ALELUIA, CABO-VERDE, MAMANGÁ, IBIXUNA, TARARACÓ	SENNA MACRANTHERA
		TIMBURI-DO-CERRADO, ANGICO-DE-MINAS, ORELHA-DE-NEGRÓ, VINHÁTICO-DO-CAMPO, FAVELA-BRANCA, ANGICO-VERMELHO-DO-CAMPO	ENTEROLOBIUM GUMMIFERUM
		URUCUM, URUCU, COLORAU, AÇAFROA, AÇAFROEIRA-DA-TERRA	BIXA ORELLANA
		LETEIRA, LEITEIRO	TABERNAEMONTANA HYSTRIX
		CAQUI-DO-CERRADO, OLHO-DE-BOI, FRUTA-DE-BOI, FRUTA-DE-JACÓ-FEMEA, BACUPARI-BRAVO	DIOSPYROS HISPIDA
		ANGELIM-DE-MORCEGO, ANGELIM-AMARGOSO, ANGELIM-PEDRA, ANGELIM-DO-CAMPO	ANDIRA ANTHELMIA
		JATOBÁ, JATOBAZEIRO, JATOBÁ-VERDADEIRO, JUTAI-AÇU, JUTAI-BRAVO, JUTAI-GRANDE, JUTAI, JUTAI-AÇU, FRUTA-CHULÉ	HYMENAEA COURBARIL
		INGÁ-BRANCO, INGÁ-DA-PRAIA, INGÁ-CHICHICA, INGÁ-DE-MACACO, INGÁ-DO-CERRADO, INGAÍ, INGÁ-MIRIM	INGA LAURINA
		CAROBA, GUAZÓ, JARACANDÁ-DE-MINA, PAU-SANTO	JACARANDA CUSPIDIFOLIA
		IPÊ-ROXO-DE-BOLA, IPÊ-ROXO, PAU-D ARCO-ROXO, PAU-CACHORRO, IPÊ-DE-MINAS	HANDROANTHUS IMPETIGINOSUS
		IPÊ-BRANCO, PAU-D ARCO, IPÊ-DO-CERRADO	TABELLUIA ROSEOALBA
		MULLINGU, SUIÑÁ, AMANSA-SENHOR, CAPA-HOMEM, CANIVETE, CORTICEIRA, BICO-DE-PAPAGAIO, ERITRINA	ERYTHRINA VERNA
		HERA	HEDERA HELIX

3. IMPLANTAÇÃO

3.1 Preparo Geral do Solo

O solo é a base para o bom desenvolvimento das espécies vegetais, portanto deve ser preparado utilizando alguns princípios técnicos que serão descritos posteriormente.

3.1.1 Limpeza do terreno e erradicação das plantas daninhas:

Devem-se remover todos os entulhos, pedaços de madeira, pedras, troncos e outros materiais que se encontrem na área a ser ajardinada, nesta ocasião devem-se proceder ainda à remoção das plantas daninhas.

3.1.2 Adição de novo solo e sua correção:

O solo a ser utilizado deve ser próprio para jardins e ter as seguintes características:

- Textura: média (nem argilosa ou arenosa demais);
- Coloração: escura, indicando presença de matéria orgânica bem decomposta;
- Isento de sementes ou mudas de plantas daninhas

3.1.3 Colocação do novo solo:

- Verificar o projeto e demarcar as áreas aonde irão as árvores, arbustos e forrações.
- Nas covas das árvores e arbustos:
 - Locar e preparar as covas onde as árvores e arbustos serão plantados, abrindo-as nos tamanhos especificados nas tabelas localizadas no projeto com as características de todas as espécies vegetais. Estas covas devem ter um formato quadrangular, evitando cantos arredondados que podem induzir as raízes ao enovelamento;
 - Preencher as covas com solo de boa qualidade, misturando-o com areia, adubo e calcário nas quantidades e proporções especificadas nas ESPECIFICAÇÕES DE PLANTIO.
- Nas áreas de forração:
 - Adicionar 20 cm de terra de boa qualidade;
 - Adicionar areia, adubos e calcário nas quantidades e proporções especificadas nas ESPECIFICAÇÕES DE PLANTIO;
 - Revolver o solo, incorporando a areia, adubos e calcário.

3.2 Padrões das espécies vegetais:

As espécies vegetais a serem implantadas devem estar enraizadas, apresentar bom estado fitossanitário, altura mínima conforme as tabelas localizadas no projeto e seus torrões devem estar isentos de plantas daninhas, além de atender a alguns padrões mínimos:

- **ÁRVORES:** as alturas das árvores especificadas nas tabelas localizadas no projeto correspondem à altura do tronco mais a ponta da folha;
- **ARBUSTOS:** devem apresentar ramagem uniformemente distribuída, desde a base e formato equilibrado;
- **FORRAÇÕES:** devem estar enraizadas e plantadas em saquinhos.

3.3 Especificações de plantio:

As espécies vegetais a serem implantadas estão relacionadas nas tabelas localizadas no projeto.

Deve-se iniciar o plantio, pelas espécies de grande porte, finalizando com o plantio das forrações.

3.3.1 Árvores:

- Cada árvore necessita de um tipo específico de solo: argiloso, arenoso e/ou rico em matéria orgânica. A composição básica destes tipos de solo é composta por:
 - Solo ARGILOSO:
 - Duas partes de terra comum de jardim
 - Duas partes de terra vegetal
 - Uma parte de areia
 - Solo ARENOSO:
 - Uma parte de terra comum de jardim
 - Uma parte de terra vegetal
 - Duas partes de areia
 - Solo RICO EM MATÉRIA ORGÂNICA:
 - Duas partes de composto orgânico
 - Uma parte de terra comum de jardim
 - Uma parte de terra vegetal
- Covas de plantio: devem ser de formato cúbico, com dimensões mínimas especificadas nas tabelas localizadas no projeto;
- Pulverizar 1/3 (0,1 kg) de calcário nas laterais e fundo da cova;
- Preparo do substrato: o solo encontrado no terreno deve sofrer a inversão de camadas, ou seja, a camada de solo superficial deve ser colocada no fundo da cova, depois de misturada com a

KJ Projetos e Gerenciamento de Obras

composição descrita acima adequada para cada tipo de árvore (solo arenoso, argiloso, rico em matéria orgânica) e adicionado a:

- 15 litros de composto orgânico curtido;
 - 0,3 kg de calcário dolomítico;
 - 0,1 Kg de adubo NPK 10-10-10;
 - 0,4 Kg de fosfato de rocha ou farinha de osso.
- A camada de solo mais profunda e menos fértil deve ser utilizada para preencher as laterais da cova, mas distantes da muda;
 - Se possível, este substrato deve permanecer em repouso por 30 dias, para que o solo esteja corrigido no momento do plantio;
 - Retirar a embalagem da muda com cuidado para não desmanchar o torrão;
 - Cobrir o fundo da cova com a terra misturada com os adubos até que o torrão fique nivelado com o chão;
 - Colocar a muda no centro da cova preparada, bem na vertical, observando a altura do torrão com relação ao solo;
 - Plantio: deve-se plantar a muda no centro da cova preparada, deixando a região do colo (transição entre raiz e caule) na altura da superfície do solo e procurando manter o torrão íntegro;
 - Tutoramento: o tutor deve ser colocado sem atingir o torrão e a muda deve ser amarrada com sizal em forma de oito deitado;
 - Irrigação: após o plantio, irrigar abundantemente, para melhor assentamento da terra.

3.3.2. Arbustos:

- Covas de plantio: devem ser de formato cúbico, com dimensões mínimas especificadas nas tabelas localizadas no projeto;
- Preparo do substrato: o solo oriundo da abertura das covas deve ser misturado com:
 - 5 litros de composto orgânico curtido;
 - 0,1 kg de calcário dolomítico;
 - 0,1 Kg de adubo NPK 10-10-10;
 - 0,15 Kg de fosfato de rocha ou farinha de osso.
- Plantio: deve-se plantar a muda no centro da cova preparada, deixando a região do colo na altura da superfície do solo e procurando manter o torrão íntegro;
- Irrigação: após o plantio, irrigar abundantemente, para melhor assentamento da terra.

3.3.3. Forrações:

- Preparo do substrato: ao solo destinado às forrações, deve-se adicionar e incorporar, a adubação, as seguintes quantidades de nutrientes e corretivos:
 - 10 litros de composto orgânico curtido/m²;
 - 0,1 kg de calcário dolomítico;
 - 0,1 Kg de adubo NPK 10-10-10;
 - 0,15 Kg de fosfato de rocha ou farinha de osso.
- Se possível este substrato deve permanecer em repouso por 30 dias, para que o solo esteja corrigido no momento do plantio;
- Plantio: devem-se plantar as mudas em quincênio, a distâncias conforme especificado no Tabela de plantio e 2;
- Irrigação: após o plantio, irrigar abundantemente.

4. MANUTENÇÃO

4.1. Adubação Química, Orgânica e Tratos Culturais:

- **Arbustos e forrações:**
 - Após 40 dias passados do plantio, far-se-á a primeira adubação química por cobertura com Sulfato de Amônio ou NPK 20-5-5, na ordem de 70 gramas por metro quadrado.
 - Repetir a cada 4 meses (fevereiro, junho e outubro), por 2 anos.
 - Após esse período, efetuar adubações de manutenção com NPK 4-14-8, na ordem de 50 g/m², 2 vezes ao ano, nos meses de março e setembro.
 - Passado esse período, as adubações poderão ser feitas anualmente na primavera.
 - Anualmente, na manutenção de primavera, incorporar 3 kg de esterco curtido por metro quadrado.
 - O combate às ervas daninhas deverá ser feito sempre que haja surgimento das mesmas, através de remoção manual.

4.2. Podas:

- **Arbustos e Herbáceas:**
 - As espécies devem sofrer podas de limpeza, com a retirada de folhas e flores mortas, assim como podas de refinamento ou de contenção, sempre que ultrapassarem os limites definidos pela forma dos canteiros.

- Procurar efetuar as podas, na medida do possível, após as floradas.

4.3. Combate a pragas e doenças:

- **fungos:**

- Observar constantemente a aparição de antracnose denunciada por manchas nas folhas principalmente nos meses chuvosos. Combater com produtos a base de Mancozeb ou Oxidreto de Cobre. A podridão nas raízes podem eventualmente ocorrer em algumas espécies. Caso ocorra essa doença, queimar as plantas afetadas e aplicar calcário (300 gramas/m²). O problema também pode aparecer nas regas excessivas e em longos períodos de chuva.

- **pulgões e cochonilhas:**

- Combater também sempre que necessário os pulgões e cochonilhas que poderão acontecer em alguns arbustos e herbáceas. Observar também nas árvores.
- Combater com chá de fumo e sabão ou inseticidas específicos, em caso de infestações maiores.

- **caracóis e lesmas:**

- Embeber chumaços de estopa com cerveja e distribuir pelas áreas infestadas.
- Recolher as estopas infestadas e atear fogo.

- **ácaros:**

- Podem estar presentes nas folhas (na parte inferior ou superior), botões florais, ramos, flores e frutos. Devido ao seu hábito de alimentação, as folhas podem apresentar prateamento, clorose, presença de teia; tendo como consequência o desfolhamento e falta de florescimento da planta.
- Combater com acaricidas a base de avermectina.

- **lagartas:**

- Eventualmente as plantas podem ser atacadas por lagartas, que comem as folhas. Sempre ficar atento à presença de mariposas, são elas que dão origem às lagartas. Combater com produtos que contenham o *Bacillus thuringiensis*

- **paquinhos:**

- As paquinhos causam danos na vegetação reptante, embora infestações destes insetos não sejam freqüentes. Elas cavam túneis no solo próximo à superfície expondo as raízes das plantas levando-as à morte por desidratação. Percebe-se o ataque por paquinhos, pois a área atacada apresenta orifícios no solo, geralmente em áreas concentradas. Combater com inseticidas a base de piretróides.

- **pombos:**

- Suas fezes normalmente contêm fungos e outros microrganismos causadores de doenças graves como a criptococose, psitacose e salmonelose. Desta forma, as fezes devem ser

KJ Projetos e Gerenciamento de Obras

umedecidas antes de serem retiradas, para evitar a inalação de esporos de fungos e outras formas causadoras de doenças.












- **cupins:**
 - Podem atacar as árvores. Ficam escondidos no solo ou no tronco de árvores e são difíceis de serem detectados. Tratar com cupinídeos específicos ou iscas celulósicas.
- **formigas:**
 - Combater as formigas em geral com “Formilix”.



Atenciosamente,

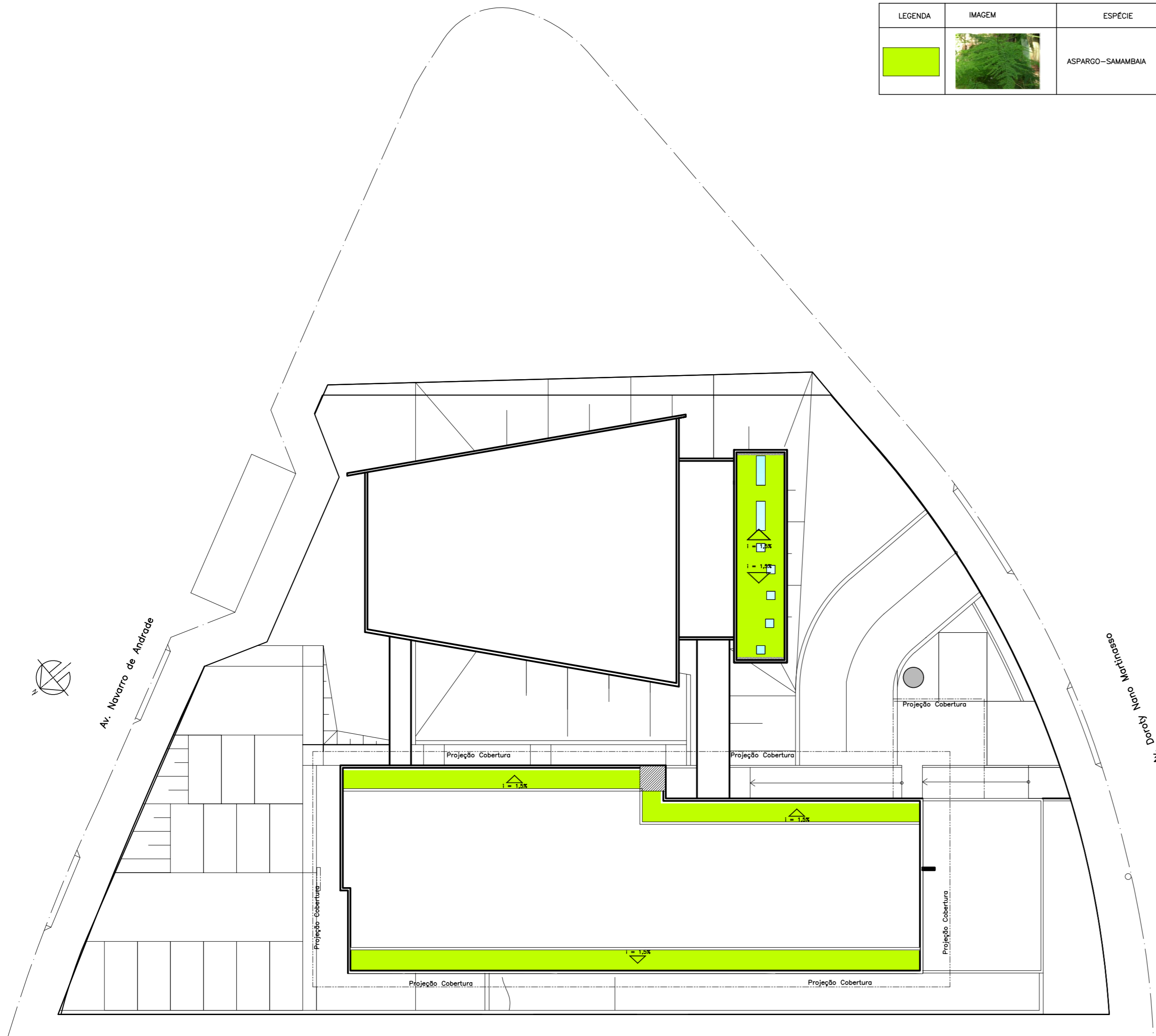
KJ PROJETOS E GERENCIAMENTO DE OBRAS

Silvio Tadeu Pina – Arquiteto

CAU A90450-3

LEGENDA	FOTO	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	H MÁX.	DISTANCIAMENTO MUDAS	ESPAÇAM. COVA	H MUDA	QUANTIDADE
		Eritrina Candelabro	<i>Erythrina speciosa</i>	5,00m	isolada	0,40m		2
		Capim-chorão, Capim barba-de-bode	<i>Eragrostis curvula</i>	0,50-0,70m	0,20m	0,20m		1398
		Hera	<i>Hedera helix</i>	0,15-0,20m	0,15m			1887
		Helicônia	<i>Heliconia rostrata</i>	2,00-3,00m	0,40m			98
		Alpínia, Gengibre-vermelho	<i>Alpinia purpurata</i>	1,50-2,00m	0,30m			90
		Iresine, Coração-magoado	<i>Iresine herbstii</i>	0,30-0,40m	0,20m			620
		Orelha-de-onça	<i>Tibouchina heteronalla</i>	1,00-3,00m	1,20m			46
		Palmeira ráfis	<i>Rhapis excelsa</i>	2,00-4,00m	0,40m			68
		Calatéia picturata	<i>Calathea picturata</i> <i>Argentea</i>	0,60-1,20m	0,20m			165
		Calatéia zebra	<i>Calathea zebrina</i>	0,80-1,20m	0,20m			130
		Aspargo samambaia	<i>Asparagus cetaceus</i>	0,30-1,00m	0,30m			788
		Árvore existente	-	-	-			-

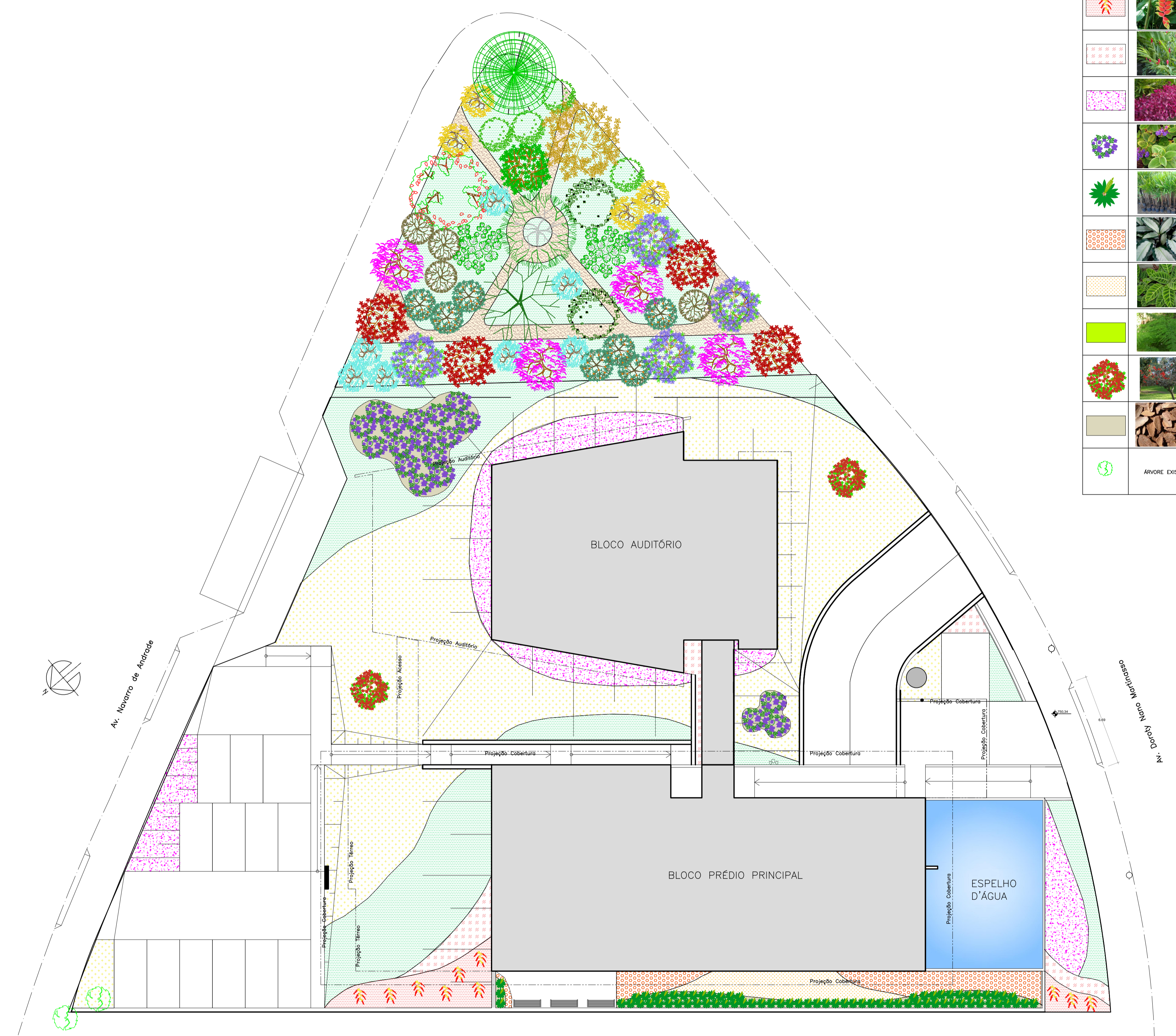
LEGENDA	IMAGEM	ESPÉCIE	NOME CIENTÍFICO	H. MÁX.	DISTANCIAMENTO MUDAS	ESPAÇAMENTO COVA	QUANTIDADE	H. MUDA
		ASPARGO-SAMAMBAIA	ASPARGUS CETACEUS	0,30-1,00m	0,30m	0,20x0,20x0,20m	550 UN	0,30m



PAISAGISMO - COBERTURA
Escala 1:250

notas:			KJ Projetos e Gerenciamento de Obras Estrada da Boiada, 2585 - Vinhedo/SP - 13280-000 (019) 3826-4726		
responsável	nome	data	AUTOR DO PROJETO:		
projeto			SILVIO TADEU PINA Arquiteto e Urbanista C.A.U. A90450-3		
cálculo			SILVIO TADEU PINA Arquiteto e Urbanista C.A.U. A90450-3		
desenho	CINTIA FRANCATTO POSCH				
rev	assunto	data			
R00	Emissão Inicial	Jan/2017			

PREFEITURA MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ		folha
referência/local/projeto/assunto		02/02
INSTITUTO PREVIDÊNCIA PRIVADA MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ		escala
AV. NAVARRO DE ANDRADE E AV. PROJETADA '3', Lote 01, Quadra 'D', Bairro Vila Hortolândia - Jundiaí - S.P.		INDICADA
PROJETO EXECUTIVO DE PAISAGISMO PARA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO SEDE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN/SP		código
		PAI
		arquivo
		CSP
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ CNPJ Nº. 05507216/0001-61		CONTRATO Nº 003/2015 PROCESSO Nº 5.682-6/2015



IMPLANTAÇÃO PAISAGISMO - JARDINS E BOSQUE
Escala 1:175

LEGENDA	IMAGEM	ESPECIE	NOME CIENTIFICO	H. MÁX.	DISTÂNCIA MUDAS	ESPAÇAMENTO COVA	QUANTIDADE	H. MUDA
		CAPIM-BARBA-DE-BOCE	ERAGROSTIS CURVALA	0,50-0,70m	0,40m	0,20x0,20x0,20m	1.365 UN	0,20m
		HERA	HEDERA HELIX	2,00-3,00m	0,15m	0,15x0,15x0,15m	1.907 UN	0,15m
		HELICONIA	HELICONIA ROSEATA	2,00-3,00m	0,40m	0,20x0,20x0,20m	98 UN	0,40m
		GONGBRE-VERMELHO	ALPINA PURPURATA	1,50-2,00m	0,30m	0,20x0,20x0,20m	63 UN	0,30m
		CORAÇÃO-MAGDOA	RESINE HERBERTI	0,30-0,40m	0,20m	0,20x0,20x0,20m	625 UN	0,20m
		ORELIHA-DE-ONÇA	TIBOUCHINA HETERONALLA	1,00-3,00m	1,20m	0,20x0,20x0,20m	18 UN	1,20m
		PALMEIRA-RAFIS	RHAPIS EXCELSA	2,00-4,00m	0,40m	0,20x0,20x0,20m	73 UN	0,40m
		MARANTA-PICTURATA	CALATHEA PICTURATA ARISTATA	0,60-1,20m	0,20m	0,20x0,20x0,20m	170 UN	0,20m
		MARANTA-ZEBRA	CALATHEA ZEBRINA	0,80-1,20m	0,20m	0,20x0,20x0,20m	130 UN	0,20m
		ASPARAGO-SAMBABAIA	ASPARAGUS CETAUCEUS	0,30-1,00m	0,30m	0,20x0,20x0,20m	550 UN	0,30m
		ERITRINA CANDELABRO	ERYTHRINA SPECIOSA	5,00m	ISOLADA	0,40x0,40x0,40m	2 UN	ISOLADA
		FORRÃO CASCA DE PINUS TRATADA 52 SACOS COM 50 LITROS CADA						
		ARVORE EXISTENTE						

LEGENDA	IMAGEM	ESPECIE	NOME CIENTIFICO	H. MÁX.	LARGURA DA COVA	ESPAÇAMENTO DA COVA	QUANTIDADE	H DA MUDA	ESPECIFICAÇÃO DO PLANTIO
		PECUÍ, FRUTA AMENDOÇA-DE-ESPINHO, SURI, GRÃO-DE-CARVALO	CAROVAR BRASILENSE	6,00-10,00m	5,00m	0,40x0,40x0,40m	1 UN	3,00m	SUBSTRATO ARENOSO, RICO EM MATÉRIA ORGÂNICA
		BACÓ, CAMBARIL, CUMARIL, BARILDO, BUJADERO, CAMBARIL, CACHIRAN-DE-BOCE, COCO-FELÃO, CUMARIL, COMBURANA, FLUÁS-DE-IBIRÁ, MIBURANA-BRANA, BARUZIERO	DYPETRYX ALATA	15,00-25,00m	7,00m	0,40x0,40x0,40m	1 UN	3,00m	SUBSTRATO ARENOSO, RICO EM MATÉRIA ORGÂNICA
		ANGICO-BRANCO, ANGICO-VERMELHO, CAMBUL-ANGICO	AMADENANTHERA COLUBRINA	12,00-15,00m	7,00m	0,40x0,40x0,40m	1 UN	3,00m	SUBSTRATO ARENOSO, RICO EM MATÉRIA ORGÂNICA
		PE-DO-CERRADO, PE-AMARELO, FÓVA, TARUMÁ	HANDICRANTHUS COBRACEUS	6,00-14,00m	4,00m	0,40x0,40x0,40m	4 UN	2,00m	SUBSTRATO ARENOSO, RICO EM MATÉRIA ORGÂNICA
		FEDICOZO, PAU-DE-BESOURRO, MANDURARA, PAU-DE-BOI, ALELIA, CACHO-VERDE, MAMANGÁ, IBIRUNA, TABARAÇÓ	SENNA MACRANTHERA	6,00-8,00m	8,00m	0,40x0,40x0,40m	1 UN	3,00m	SUBSTRATO ARENOSO, RICO EM MATÉRIA ORGÂNICA
		TAMBURÍ-DO-CERRADO, ANGICO-DE-MIRIM, ORELIHA-DE-NEGRÃO, ANATECO-DO-CAMPO, FAVEL-AMARELO, ANGICO-VERMELHO-DO-CAMPO	ENTEROLOBIUM GAMBELIANUM	4,00-6,00m	4,00m	0,40x0,40x0,40m	4 UN	2,00m	SUBSTRATO ARENOSO, RICO EM MATÉRIA ORGÂNICA
		URUCUM, URUCUL, COLORAU, MATICA, AÇUCREIRA-DA-TERRA	BIXA ORELIANA	3,00-5,00m	4,00m	0,40x0,40x0,40m	7 UN	2,00m	SUBSTRATO ARENOSO, RICO EM MATÉRIA ORGÂNICA
		LEITERA, LEITEIRO	TABERNAMONTANA HYSTRIX	4,00-15,00m	4,00m	0,40x0,40x0,40m	4 UN	3,00m	SUBSTRATO ARENOSO, RICO EM MATÉRIA ORGÂNICA
		CAJÁ-DO-CERRADO, OLHO-DE-BOI, FRUTA-DE-BOI, FRUTA-DE-JACU-FRINCA, BUCURUPI-BRANCO	DIOSPIROS HESPERIA	4,00-7,00m	5,00m	0,40x0,40x0,40m	2 UN	2,00m	SUBSTRATO ARENOSO, RICO EM MATÉRIA ORGÂNICA
		ANGELIM-DE-MORCEGO, ANGELIM-AMARELO, ANGELIM-DE-ROSA, ANGELIM-DO-CAMPO	ANDRA ANTHELMA	14,00-18,00m	7,00m	0,40x0,40x0,40m	1 UN	3,00m	SUBSTRATO ARENOSO, RICO EM MATÉRIA ORGÂNICA
		JATOBÁ, JATOBAZERO, JATOBÁ-VERDEZINHO, JATÁ-AÇÚ, JATÁ-BRANCO, JATÁ-GRANDE, JATÁ, JATÁ-AÇÚ, FRUTA-CHILE	HYMENEA COURBARI	15,00-20,00m	7,00m	0,40x0,40x0,40m	1 UN	3,00m	SUBSTRATO ARENOSO, RICO EM MATÉRIA ORGÂNICA
		INGÁ-BRANCO, INGA-DA-PINA, INGA-CHERCA, INGA-DE-MACACÓ, INGA-DO-CERRADO, INGA, INGA-MIRIM	INGA LAURINA	10,00-20,00m	6,00m	0,40x0,40x0,40m	2 UN	3,00m	SUBSTRATO ARENOSO, RICO EM MATÉRIA ORGÂNICA
		CAROBÁ, CHAZO, JARACANDA-DE-MINA, PAU-SANTO	JACARANDA CUSPIDIFOLIA	5,00-10,00m	6,00m	0,40x0,40x0,40m	4 UN	3,00m	SUBSTRATO ARENOSO, RICO EM MATÉRIA ORGÂNICA
		PE-BRANCO-DE-BELA, PE-ROXO, PAU-D-ARCO, PAU-DE-BOI, PAU-CACHORRO, PE-DE-MINAS	HANDICRANTHUS IMPETRICOSUS	8,00-12,00m	6,00m	0,40x0,40x0,40m	4 UN	3,00m	SUBSTRATO ARENOSO, RICO EM MATÉRIA ORGÂNICA
		PE-BRANCO, PAU-D ARCO, PE-DO-CERRADO	TABELIA ROSEALBA	7,00-16,00m	3,00m	0,40x0,40x0,40m	7 UN	2,00m	SUBSTRATO ARENOSO, RICO EM MATÉRIA ORGÂNICA
		MILINZOL, SUNÁ, MANGÁ-SENHOR, CAPA-ROSA, CANNETE, COQUEIRO, BICO-DE-PAPAGAIO, ERITRINA	ERITHRENA VERNIA	10,00-25,00m	5,00m	0,40x0,40x0,40m	4 UN	3,00m	SUBSTRATO ARENOSO, RICO EM MATÉRIA ORGÂNICA
		HERA	HEDERA HELIX	2,00-3,00m	0,15m	0,15x0,15x0,15m	2.552 UN	0,15m	TODOS OS TIPOS DE SOLO
		CAMINHO FEITO DE PEDRISO NA COR PALHA							

notas:

responsável	nome	data	KJ Projetos e Gerenciamento de Obras Estrada da Boieira, 2585 - Vênus/SP - 13280-900 (019) 3826-4726
projeto			
cálculo			
desenho	CINTIA FRANCATTO POSCH		
autor	SILVIO TADEU PINA	data	AUTOR DO PROJETO:
revisor	GRUPPO P. LUTERANO		
ROO	Emissão Inicial	Jan/2017	C.A.U 000450-3
			SILVIO TADEU PINA Arquiteto e Urbanista C.A.U 000450-3

PREFEITURA MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ folha 01/02
 referência/focal/projeto/assunto
 INSTITUTO PREVIDÊNCIA PRIVADA MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ escala INDICADA
 AV. NAVARRO DE ANDRADE E AV. PROJETADE 3, Lote 01, Quadra D', Bairro Vila Hortolândia - Jundiaí - S.P. código PAI
 PROJETO EXECUTIVO DE PAISAGISMO PARA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO SEDE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN/SP arquivo
 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ CONTRATO Nº 003/2015 CSP
 CNPJ Nº. 0550726/0001-61 PROCESSO Nº 5.682-62/015